

ATA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2025

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco pelas nove horas e cinquenta minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 5.ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal José Gabriel do Álamo de Meneses no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Wendy Mary Toste Ferreira Vieira e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

A senhora secretária Wendy Vieira procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Arnaldo José da Silveira Teixeira – Carla Sofia Linhares Cipriano – Carlos Jorge Belerique Ormonde – Cidália de Lurdes Correia Parreira – Cláudia Alexandra Coelho Cardoso – Eduína Maria Ferreira Ornelas Borges – Frederico Vaz Cordeiro – Hélio António Guerrinha Ávila – Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço – Isabel Maria Diniz Berbereia – João Manuel Machado Enes – João Pereira Bettencourt – José Clemente Nunes da Silva – José Gabriel do Álamo de Meneses – José Miguel de Freitas Toste – Luís Miguel da Silveira Soares – Maria Luísa da Cunha Ribeiro – Marília Margarida Enes Garcia de Vargas – Paulo Alexandre Ávila Fagundes – Paulo Henrique Lopes de Mendonça – Ricardo Manuel Pires Meneses – Rita Belo Santos – Rogério Paulo Nogueira e Sousa – Wendy Mary Toste Ferreira Vieira.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Alberto Gonçalves de Melo – Cesário Alberto Ferreira Pamplona – Chantell Loureiro Pacheco – Délio Francisco Freitas Ormonde Borges – Guilherme Carlos da Rocha Bizarro – Luís Carlos Cota Soares – Luís Manuel Mendes Leal – Márcia Luísa Ávila Pavão Martins – Marco Paulo Rocha – Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio – Paulo Duarte Gomes – Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

André Melo Castro – Michéle Soveta Aguiar – Vítor Bruno Costa Pereira.

GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA:

José Macedo Rodrigues Bernardo.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: Maria da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim.

Vereadores: Guido de Luna da Silva Teles – Luísa da Costa Barcelos – Paulo Alexandre Silva Lima – Rui Miguel Ornelas Drumonde – Sónia Alexandra Fernandes Ferreira – Tiago Alexandre Miguel Rodrigues.

A senhora deputada municipal Rita Belo Santos assumiu as funções de 2.ª secretária da Mesa.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 4.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 10 de setembro de 2025 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura resumida do expediente, dando conta do seguinte:

- Da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:
 - O envio de um Voto de Congratulação a José Ribeiro Pinto que fora aprovado na ALRAA e ficaria disponível na «nuvem».
- Da senhora vereadora Sónia Ferreira:
 - Uma declaração, comunicando que pretende manter atividade na área agrícola.
- Uma comunicação sobre a participação do município de Angra do Heroísmo no V Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais que se realizou em Lamego no dia 6 de dezembro de 2025, tendo a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo sido representada pela senhora 1.ª secretária da Mesa Wendy Vieira, que proferiu a seguinte declaração:

«Na qualidade de membro da mesa da Assembleia Municipal, tomo a palavra para, de forma breve, dar conta da minha participação no V Congresso da ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais) realizada em Lamego no passado dia 6 de dezembro sobre o tema: “ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS: HOJE E AMANHÃ”.

O congresso desenvolveu-se ao longo de um programa de trabalho especificado que incluiu a sessão de abertura, a apreciação e aprovação de matérias estatutárias, a apresentação e votação da proposta em moção, bem como a eleição e instalação dos novos órgãos sociais da ANAM, contando ainda com intervenções institucionais de representantes do poder local e do Governo.

Um dos momentos centrais deste programa foi a discussão e a aprovação da Moção de Estratégia “Horizonte 2029” que define as linhas orientadoras da atuação da ANAM para os próximos quatro anos. Essa moção estrutura-se em duas grandes orientações estratégicas: por um lado, afirmar as assembleias municipais como centro do poder local democrático; por outro, afirmar a ANAM como parceiro institucional, reforçando a sua intervenção junto do Estado e das demais entidades do poder local.

No plano interno, a moção sublinha a necessidade de reforçar os meios e as condições de funcionamento das assembleias municipais, de valorizar os eleitos locais, apostar na formação e capacitação, promover a partilha de boas práticas e consolidar o papel fiscalizador destes órgãos.

No plano externo, destaca-se a importância do reconhecimento pleno da ANAM como parceiro institucional do Estado, o aprofundamento das relações com outras associações do poder local, a valorização da participação cívica, incluindo das assembleias municipais jovens, e a promoção de iniciativas de proximidade em todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas.

No âmbito deste congresso, importa ainda registar que o presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, José Gabriel do Álamo de Meneses foi eleito membro suplente do Conselho Geral da ANAM, facto que representa um reconhecimento institucional relevante e uma valorização da participação do nosso município nos órgãos nacionais da associação.

Foi igualmente apresentada a proposta de que as assembleias municipais assinalem os cinquenta anos do poder autárquico, evocando as principais eleições autárquicas e reafirmando este pilar essencial do regime democrático português.

Em síntese, o V Congresso da ANAM constitui, portanto, um momento importante de reflexão e definição estratégica sobre o futuro das assembleias municipais, reforçando a sua centralidade no sistema democrático local.

Entendo que a participação institucional da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo nestes fóruns nacionais é relevante para acompanhar a evolução do poder local e continuar a qualificar o trabalho deste órgão deliberativo, sempre em proximidade com os cidadãos.»

B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções da parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. André Castro – Cumprimento o senhor presidente e senhoras membros da Mesa, a senhora presidente da Câmara e os senhores vereadores, as senhoras e os senhores deputados municipais. Dou as boas-vindas aos novos membros desta Assembleia, desejando a todos um trabalho profícuo em prol do nosso concelho.

Pedi a palavra para alertar a respeito de uma situação que aconteceu este fim de semana e no anterior, em que me foram relatadas algumas situações que não deveriam ter acontecido e certamente haverá alguma razão.

Decorreu no Teatro Angrense, um espetáculo de circo no fim de semana anterior e neste fim de semana teve lugar um espetáculo da escola de balé da professora Mónica Pombo, tendo-me sido relatado que as crianças com menos de três anos foram barradas à porta. Não sei se isto decorre da lei ou de alguma norma interna do Teatro Angrense mas, quando fui adquirir bilhetes para o espetáculo do fim de semana, ninguém indicou que o mesmo seria destinado a maiores de três anos. Presenciei a situação de uma mãe que ia assistir ao espetáculo da sua filha, mas foi barrada à porta porque levava ao colo uma criança com menos

de três anos. Não sei se são verdadeiros, mas ouvi relatos de pessoas que foram postas na rua por terem consigo crianças com menos de três anos de idade. Gostaria de pedir esclarecimentos à Câmara Municipal e alertar para que estas situações não voltem a acontecer.

Sra. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Sendo a primeira vez que me dirijo a todos vós na qualidade de presidente da Câmara Municipal, gostaria de vos dizer que assumo estas funções com grande responsabilidade e sentido de diálogo, pondo acima de tudo, Angra e os seus munícipes, sempre com o objetivo de criarmos melhores condições de vida neste concelho.

Quanto à situação que acabou de ser colocada, sei que houve reclamações, mas gostaria de dizer ao senhor deputado André Castro que estamos a cumprir a legislação em vigor e tivemos o cuidado de fazer constar nos bilhetes que o espetáculo se destinava a maiores de três anos. Algumas pessoas não prestaram a devida atenção ao que constava no bilhete que tinham comprado e tencionavam entrar com bebés de meses ao colo, mas foram esclarecidas logo no início. Apenas respeitámos a legislação em vigor, tanto no circo, como no espetáculo de balé que decorreu este fim de semana no Teatro Angrense. As pessoas estavam alertadas e deveriam ter prestado atenção ao que constava nos bilhetes. Sei que noutros sítios, esta situação não foi tida em conta, mas no concelho de Angra decidimos, e muito bem, respeitar a lei.

Sr. d. m. André Castro – Como disse há pouco, deixo o alerta para que estas situações não se voltem a repetir. Independentemente do que consta nos bilhetes, julgo que seria útil que a informação fosse também prestada por quem os vende. Havia crianças com três anos de idade num espetáculo anterior, por isso não seria espetável que fossem barradas neste.

Sra. presidente da Câmara – Estamos apenas a cumprir o Decreto-Lei n.º 23/2014 de 14 de fevereiro. Os responsáveis pelo circo ficaram com a bilheteira a seu cargo, definiram as regras do espetáculo e as pessoas foram devidamente informadas aquando da compra dos bilhetes. Numa das situações ocorridas no caso do balé, falei com as pessoas e expliquei o que estava a acontecer. Assisti aos espetáculos do balé e do circo e sei que as crianças com três anos não foram impedidas de entrar.

Quem compra um bilhete para um espetáculo, deve ler o que lá está escrito. Estamos única e exclusivamente a cumprir a lei porque não queremos problemas devido a inspeções relacionadas com estas atividades culturais. As pessoas devem ter a noção que um espetáculo de circo como o que ocorreu em Angra não é adequado a bebés de colo, devido, por exemplo, ao barulho que é gerado num espetáculo desta natureza.

Sr. d. m. Délio Borges – Muito bom dia senhor presidente e restante Mesa da Assembleia Municipal, senhora presidente da Câmara e restantes vereadores, colegas deputados municipais, senhores presidentes de juntas de freguesia, público aqui presente e quem nos está a ver através da transmissão da VITEC. Cumprimento ainda o senhor presidente da Assembleia Municipal pela sua integração nos órgãos da Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Neste início de mandato devem ser colocadas questões relativas à importância que queremos dar a esta Assembleia enquanto órgão fiscalizador da atividade municipal e cabe-nos fazer o melhor possível pela sua dignificação. No meu caso, trata-se de um regresso depois de ter estado cá no mandato 2017/2021. Recordo que, nesse mandato, um dos nossos objetivos era a transmissão em direto das sessões da Assembleia Municipal, o que não aconteceu por pouca vontade na altura. No mandato seguinte reuniram-se condições para que essas mesmas transmissões ocorressem e pudéssemos chegar a todos os munícipes angrenses, uma iniciativa que está a decorrer e à qual deve ser dada continuidade; contudo, acho que devem ser colocadas algumas questões relativamente à proximidade e à localização das sessões da Assembleia Municipal. Não vou propor a realização de uma sessão em cada freguesia do concelho, até porque não sei se tal seria possível neste nosso mandato de quatro anos, mas deixo a sugestão para a eventual realização de uma sessão da Assembleia Municipal numa escola do concelho, uma prática que é já levada a cabo por várias assembleias municipais do país.

Neste Período de Antes da Ordem do Dia gostaria de dar os parabéns às equipas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e deixar uma nota de agradecimento pela nossa iluminação de Natal, destacando a iluminação do nosso jardim. Temos uma cidade alegre e bonita e penso que é a primeira vez que se faz uma iluminação especial de Natal.

O vandalismo de equipamentos públicos – transversal aos dois concelhos da ilha – é uma situação que não é nova e muito nos preocupa. No que, ao concelho de Angra diz respeito, estas ações envergonham-nos e saem caras ao orçamento municipal. Ao consultar os documentos previsionais para 2026, reparei que consta um sistema de videovigilância para o jardim público de Angra, o que me leva a colocar à Câmara Municipal, o desafio para refletirmos de uma vez por todas sobre a necessidade de instalarmos um sistema de videovigilância, pelo menos no centro histórico da cidade. Bem sei que a decisão terá que ser analisada e implica investimento, mas é preciso ponderar que ações poderão ser levadas a cabo no sentido de se minimizar o vandalismo que está a acontecer na nossa cidade, vilas e freguesias.

A situação sísmológica que se tem verificado nos últimos meses no eixo da Serra de Santa Bárbara e a passagem para o nível V3 implica um conjunto de situações preocupantes. Sabendo que a proteção civil é uma responsabilidade partilhada entre o Governo Regional e as autarquias, neste caso, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, pergunto que ações ou *démarches* estão a ser efetuadas, tendo em conta que a situação não melhorou e até se agravou. Gostaríamos de saber o que está a ser feito no âmbito do sistema municipal de proteção civil e o que se prevê para o ano 2026 relativamente a esta questão, que muito nos preocupa.

Sr. presidente da Mesa – Antes de passar a palavra à senhora presidente da Câmara, gostaria de vos ler o que diz o artigo 9.º do nosso regimento a respeito dos locais onde se devem realizar as sessões da Assembleia Municipal:

«1 – A Assembleia Municipal tem a sua sede nos Paços do Concelho.

2 – As sessões ou reuniões da Assembleia Municipal podem decorrer noutra local do município sempre que:

- a) As necessidades ou conveniência do seu funcionamento assim o imponham;*
- b) Os assuntos a deliberar possuam manifesto interesse para a população residente na área onde se pretende que decorram as sessões ou reuniões.»*

Apenas devemos realizar sessões da Assembleia Municipal fora dos Paços do Concelho quando se verificarem estas condições, ou seja, a existência de alguma situação que impeça que as sessões decorram aqui ou quando uma determinada sessão tenha como fim específico, o tratamento de questões que tenham a ver com uma parte qualquer do nosso território. Além disto, há uma outra questão que tem a ver com a dignidade da própria Assembleia Municipal. Este é o espaço próprio e devemos respeitá-lo, até porque as sessões são transmitidas em direto, a porta está aberta e a Praça Velha não fica assim tão longe de qualquer ponto do concelho. Essa tem sido a lógica seguida – que é muito razoável – e é assim que deve ser no respeito pelo nosso regimento, pelo menos até que o mesmo venha a ser alterado.

Sra. presidente da Câmara – O vandalismo é também uma enorme preocupação para este executivo, lembrando que nas últimas semanas foram destruídos equipamentos essenciais para salvar vidas, algo que não podemos aceitar.

Está prevista no nosso programa, a aquisição de equipamentos de videovigilância. Na sequência de relatos de situações muito graves que ocorreram, tivemos que atuar de imediato, por isso foi já instalado um sistema no ecocentro de São Sebastião e também no jardim público. Lembro que estes processos são complexos e morosos até à obtenção da autorização final para a instalação deste tipo de equipamentos, que pretendemos levar a cabo noutros espaços da cidade de Angra, assim como em locais das nossas freguesias onde existe mais vandalismo. Queremos que as pessoas vivam em segurança, por isso vamos dar continuidade ao investimento em videovigilância no Fanal, no Relvão e noutros locais mais críticos onde se têm verificado situações de vandalismo que, obviamente, repudiamos.

Respondendo à questão sobre a crise sismovulcânica, o que vos posso dizer é que estamos em articulação permanente com o SRPCBA (Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores) e com o CIVISA (Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores), com quem tivemos ontem uma reunião, além de contactos que temos tido com o SRPCBA. Durante esta semana acontecerá um grande debate na RTP Açores, no qual serão abordadas as questões relacionadas com a crise sismovulcânica na ilha Terceira.

O município de Angra do Heroísmo tem estado a realizar um trabalho de prevenção no sentido de pôr em funcionamento em todas as freguesias, os seus núcleos de proteção civil que estão devidamente equipados. No início deste mandato realizou-se uma reunião com todos os presidentes de juntas de freguesia do concelho, onde foi tida em conta uma preocupação acrescida com os que foram eleitos pela primeira vez. Foi, no fundo, uma formação em proteção civil relativamente à crise sismovulcânica que temos vivido e a outros aspetos relacionados com a proteção civil.

Em articulação com o SRPCBA, foi levada a cabo mais uma ação de formação para os presidentes de juntas de freguesia e estão previstas algumas reuniões entre o CIVISA, o SRPCBA e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Estão ainda planeados alguns exercícios a partir do mês de janeiro com o objetivo de atuarmos em termos de prevenção e tencionamos que esses exercícios e ações de sensibilização para com as pessoas passem a fazer parte da nossa rotina.

Este ano foram distribuídos folhetos informativos indicando as medidas de autoproteção, assim como ações de sensibilização, à semelhança do que foi feito no anterior mandato nas freguesias mais críticas pelo senhor presidente da Câmara, agora presidente da Assembleia Municipal, José Gabriel do Álamo de Meneses. A população aderiu e foram devidamente explicadas as formas de atuar em situações de crise e emergência, um trabalho que vamos fazendo diariamente.

O município de Angra do Heroísmo tem o seu Plano Municipal de Proteção Civil. Esta semana estivemos a trabalhar no Plano Regional de Proteção Civil em articulação com o SRPCBA que, segundo o seu presidente, será publicado daqui a poucos dias para que a população disponha de mais um documento identificador das vias e zonas de concentração, além de um conjunto de outras informações muito importantes.

O que está vertido neste Plano Regional e também no Plano Municipal de Proteção Civil foi já referido nas ações de sensibilização que aconteceram junto da população do concelho no mandato autárquico anterior. Solicitámos aos senhores presidentes de juntas de freguesia que atualizassem as suas listas das pessoas com mobilidade reduzida e das que não possuem viatura própria para se deslocarem em caso de emergência.

Como é nossa obrigação, temos estado diariamente atentos à situação, reunindo permanentemente com o SRPCBA e com o CIVISA. Volto a lembrar o exercício que, durante o mês de janeiro, vai decorrer entre estas três entidades e outras que são fundamentais numa situação de crise que eventualmente venha a acontecer.

Recordo que este município fez um investimento em termos de comunicação e ao nível de outros equipamentos necessários para uma monitorização adequada da situação sismovulcânica que se está a viver na ilha Terceira.

Sra. d. m. Michéle Aguiar – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais. Começo por desejar a todos um bom mandato.

Volto a trazer aqui um assunto que referi na última sessão da Assembleia Municipal do mandato anterior, insistindo mais uma vez na situação da escola do Alto das Covas, que não tem um único lugar destinado à paragem de viaturas para deixar e recolher as crianças junto ao portão de entrada da escola e há carros estacionados no passeio todos os dias de manhã. Os pais têm que parar no meio da rua, uma situação muito perigosa para as crianças que têm que circular a pé.

A obra do telheiro que ali foi feita revelou-se uma manta curta porque não foi tida em conta a zona de escoamento das águas, exatamente onde as crianças têm que aguardar; não apanham chuva porque estão protegidas pelo telheiro, mas molham os pés.

Por último, gostaria de questionar as razões da colocação da nova passadeira entre dois portões do colégio na Rua Gonçalo Velho Cabral, uma vez que a mesma termina numa parede sem qualquer passeio.

Sra. presidente da Câmara – O nosso programa prevê outras obras na escola Infante D. Henrique. Devido a um engarrafamento de viaturas que havia no Alto das Covas, tentou-se melhorar a circulação através da Rua da Queimada, mas há outras questões a resolver relativamente ao muro que dá acesso a esta rua. São situações que vamos continuar a analisar e teremos em atenção durante o ano 2026, assim como outras obras que a direção da escola nos indicou, à semelhança do que acontecerá noutras escolas do concelho que são propriedade do município.

Fez-se um investimento bastante significativo em obras interiores e exteriores na escola Infante D. Henrique, algo a que vamos dar continuidade porque queremos o bem-estar das nossas crianças que estudam nas escolas que são propriedade do município.

A passadeira na Rua Gonçalo Velho Cabral foi criada a pedido do próprio colégio, mas peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra ao senhor vereador Paulo Lima para nos dar mais explicações sobre o assunto.

Sr. vereador Paulo Lima – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e colegas do executivo, senhoras e senhores deputados municipais. Antes de mais, uma nota com desejos de muito sucesso para os novos membros da Assembleia Municipal e também para os que transitam do mandato anterior, não esquecendo os senhores presidentes de juntas de freguesia.

Como disse a senhora presidente da Câmara, a passadeira em causa, assim como a colocação de lombas redutoras de velocidade, foi uma solicitação do Colégio de São Gonçalo. Como não era possível criar uma passadeira em frente à entrada ou à saída do colégio, optámos por um lugar equidistante. Ao saírem dos portões, as crianças viram junto à parede e atravessam na passadeira. As lombas vão ser colocadas nas extremidades da entrada e da saída, obrigando as viaturas a reduzirem um pouco a velocidade para maior segurança das crianças e dos pais quando atravessam a passadeira. É verdade que não existe um passeio junto à parede do colégio, mas foi o melhor que se pôde arranjar, tendo em conta a estrutura existente.

Sr. d. m. Délio Borges – Agradeço ao senhor presidente da Mesa a leitura restritiva do regulamento; vamos trabalhar no sentido de o alterar, recordando que, em mandatos anteriores, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reuniu em algumas freguesias do concelho.

Ainda a respeito do problema da videovigilância, a senhora presidente da Câmara referiu um trabalho da parte dos serviços municipais, de identificação de alguns locais onde serão feitos próximos investimentos. Depois do investimento feito no jardim público municipal, pergunto se nos pode indicar quais os locais identificados como prioritários para a instalação de equipamentos de videovigilância.

Sra. presidente da Câmara – Temos identificado alguns espaços que necessitam de uma atuação prioritária, como é o caso do Relvão onde acontecem situações muito desagradáveis, por isso é necessária a instalação de um sistema de videovigilância. O mesmo acontece noutros ecocentros, como o dos Altares, onde começam a acontecer situações idênticas às que se verificaram em São Sebastião, onde foi já colocado um sistema de videovigilância.

Sr. d. m. José Toste – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de juntas de freguesia. Começo por desejar que os trabalhos deste órgão decorram sempre da melhor forma, atendendo aos interesses dos angrenses e dos terceirenses em geral, já que esta Assembleia Municipal tem tido sempre uma visão generalizada da ilha Terceira, reconhecendo que o bem do concelho vizinho é também o bem do nosso concelho.

No que diz respeito aos atos de vandalismo que têm tido alguma publicidade e mediatização, iniciou-se uma discussão no âmbito de medidas de vigilância para a identificação dos seus autores, o que me leva a questionar a senhora presidente da Câmara no sentido de saber se a Câmara Municipal tem uma estimativa dos prejuízos destes atos de vandalismo, incluindo a destruição do *Totem* que foi instalado na zona de banhos do Fanal. Estes atos de vandalismo limitam o acesso das populações às infraestruturas públicas e acarretam custos acrescidos, penalizando as contas da Câmara Municipal.

Ainda a respeito do acesso aos espetáculos, a resposta da senhora presidente da Câmara vai ao encontro do que consta na lei. À partida, todos os espetáculos são interditos a menores de três anos, mesmo acompanhados pelos pais.

Gostaria de deixar a sugestão para que, na publicidade institucional, seja colocado um pequeno logótipo ou algo que faça menção às idades permitidas em cada espetáculo consoante a sua classificação.

A venda de bilhetes de grande parte dos espetáculos que se realiza no concelho é feita através da «TicketLine». Este é um dos requisitos que é obrigatoriamente comunicado a essa entidade e um dado facilmente utilizável por quem elabora a comunicação institucional de promoção dos eventos, que ajuda a impedir futuramente este tipo de incidentes.

Ninguém gosta de ser barrado à entrada de um espetáculo, apesar de se tratar de uma obrigação legal da administração pública, portanto, deve ser criado um mecanismo que evite este tipo de situações. Dado que este não foi o único incidente no que diz respeito ao Circo de Natal e foram noticiados na comunicação social, alguns constrangimentos em relação a atrasos e a sessões, aproveito para questionar a senhora presidente da Câmara acerca das razões destes e outros eventuais constrangimentos no âmbito da realização desta atividade.

Por último, gostaria de solicitar algumas informações respeitantes ao andamento da obra emblemática do Mercado Municipal que, num momento prévio à eleição da senhora presidente da Câmara, gerou algum debate público. Pergunto se as obras estão a decorrer dentro da normalidade e de acordo com o que está previsto no contrato.

Sra. presidente da Câmara – A aquisição do *Totem* que foi instalado na zona de banhos do Fanal veio acompanhada de algum material de substituição para a eventualidade de alguns danos e as componentes vandalizadas foram substituídas de imediato; contudo, temos outras situações que acontecem no Relvão, quer nos equipamentos destinados ao exercício da atividade física, quer nos postes de eletricidade do parque canino que têm sido sistematicamente vandalizados, obrigando o funcionário da Câmara Municipal a recolocá-los constantemente no local. Estas situações acarretam algum perigo para os utilizadores daquela zona de lazer, o que nos obriga a uma vigilância constante de todos estes equipamentos.

Não lhe posso dar um valor exato porque têm sido imensas as situações de vandalismo com prejuízos de valores bastante significativos, que são relatadas à PSP para que exerça uma maior vigilância principalmente durante a noite, o que entronca um pouco com a pressão que por vezes sentimos aqui no município para alargarmos os horários dos eventos noturnos.

Temos um regulamento que, muitas vezes, não é respeitado, o que leva a atuações deste nível, provocando danos na propriedade pública como aconteceu com o equipamento de salvamento da zona de banhos do Fanal, uma situação que muito nos preocupou, por isso estamos a avançar com a identificação dos locais onde é necessária a instalação de equipamentos de videovigilância.

Quanto ao Circo de Natal, sei que o limite de idade constava nos bilhetes, mas podemos colocar informação adicional nos cartazes de divulgação dos espetáculos.

A obra do Mercado Municipal está a decorrer nos prazos definidos dentro do que é normal e espetável. Foi feito um trabalho bastante exaustivo no sentido de dispormos de um relatório da situação inicial de cada uma das habitações circundantes para que mais tarde não nos venham acusar de eventuais danos causados pelas escavações que estão a ser feitas em profundidade. Para já, apenas são visíveis as escavações, mas dentro em breve começaremos a ver o mercado a crescer. Os técnicos da Câmara Municipal estão em contacto permanente com o consórcio responsável pela obra, «Marques, Tecnovia e Transjet», no sentido de acompanharem esta obra que é muito importante para o concelho de Angra do Heroísmo.

É fundamental abordarmos nesta Assembleia os constrangimentos referentes ao Circo de Natal. Tínhamos espetáculos a decorrer aos sábados e domingos e houve duas situações que prejudicaram imenso este evento, obrigando os artistas a um esforço adicional muito grande por não terem conseguido um voo direto para a Terceira, ficando retidos em São Miguel, o que acabou por prejudicar as quatro sessões que decorreram no domingo. Não foi possível realizar todos os números do último espetáculo porque não era possível exigir mais aos artistas.

Sei que o assunto será debatido mais adiante num outro ponto da Ordem de Trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal, mas não podemos aceitar que nos digam que se aumentou o número de voos entre São Miguel e a Terceira quando, na realidade, nos estamos a debater sistematicamente com o problema dos voos diretos. A Câmara do Comércio tem relatado sucessivamente esta situação e a Associação de Futebol de Angra do Heroísmo disse-nos que adiou por um ano, um evento que traria à nossa ilha, seiscentos atletas da modalidade de Futsal sub-15, um acontecimento muito importante em termos económicos, nomeadamente para os empresários da hotelaria e restauração.

De nada nos serve que anunciem um aumento de voos interilhas e para a Terceira, o que precisamos é de voos diretos, principalmente nesta altura do Natal. Tive a preocupação de falar com algumas agências de viagens que me relataram a escassez de lugares nos voos para a Terceira causando, inclusive, grandes problemas no lançamento de um livro aqui no Salão Nobre sobre o Cemitério do Livramento. O autor ficou retido em São Miguel por não ter um voo direto para a ilha Terceira; teve a amabilidade de nos enviar um documento que foi lido pelo presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira e disse que teria que regressar a Lisboa porque, mais uma vez, não conseguia chegar à Terceira.

Este é um assunto que nos deve unir a todos porque somos eleitos para defendermos a nossa ilha, independentemente do partido que representamos. Não posso deixar de referir que estas situações afetaram também o espetáculo de circo que constava no nosso programa de Natal, que teve que ser alterado porque os artistas não tiveram voo direto para cá. A ilha Terceira não foi tida em consideração no aumento de voos que se fez para o Faial, para o Pico, para Santa Maria e para São Miguel. As alterações que fizemos ao nosso programa de Natal foram influenciadas pela falta de voos para a ilha Terceira.

Sr. d. m. Paulo Chaves (Numa interpelação à Mesa) – A senhora presidente da Câmara já se justificou; contudo, e como é legítimo da minha parte, achei inoportuna parte da sua intervenção, visto termos incluído na Ordem de Trabalhos de hoje, um Voto de Protesto relativo ao que a senhora presidente acabou de referir e tenciono intervir também acerca do assunto, que vai ser debatido mais à frente no respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

Sra. d. m. Nídia Inácio – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de juntas de freguesia. Desejo a todos um bom trabalho, lembrando que fomos eleitos para trabalharmos em prol do concelho de Angra e das nossas gentes.

Proponho à senhora presidente da Câmara que pensemos em conjunto numa solução para o estacionamento no início da Rua Recreio dos Artistas, quem entra pela Rua da Sé. Aquele estacionamento em espinha tem causado alguns problemas à passagem de ambulâncias de maior dimensão.

Provavelmente o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu não me irá desmentir. Tenho visto que as ambulâncias e os carros dos bombeiros têm imensa dificuldade em circular ali junto ao Alpendre quando estão estacionadas em espinha, duas carrinhas ao mesmo tempo e na mesma direção. Acho que, em conjunto, devemos pensar numa melhor solução para o estacionamento naquele local de forma a não dificultar a circulação das ambulâncias e dos carros dos bombeiros, tendo em conta que, naquela zona, mora muita gente envelhecida e as ambulâncias deslocam-se ali quase todas as semanas.

Uma outra preocupação que aqui trago tem também a ver com o estacionamento na mesma rua, mas em cima do passeio junto à Sociedade Recreio dos Artistas, o que tem causado muitos constrangimentos, principalmente aos mais idosos que se veem obrigados a desviar-se para o meio da rua.

Gostaria de lembrar que estamos aqui para trabalhar em benefício dos nossos munícipes, especialmente os mais idosos e de quem circula nos passeios com carrinhos de bebé. Seria bom que, em conjunto, pudéssemos criar uma alternativa ao estacionamento na Rua Recreio dos Artistas.

Tem-se falado muito na reorganização do trânsito no Alto das Covas, que é urgente, porque as pessoas continuam a atravessar como antigamente no topo da Rua da Sé onde não existe passadeira. Os angrenses merecem uma melhor organização do trânsito no nosso concelho.

Sra. presidente da Câmara – Devemos sempre pensar em conjunto para melhorar o trânsito na nossa cidade e proponho que o assunto seja discutido na Comissão de Trânsito, que vai reunir no início do próximo ano.

Quanto à situação na Rua Recreio dos Artistas em frente ao Alpendre, o que mais me preocupa é o estacionamento em segunda mão que prejudica imenso a circulação do trânsito, seja de ambulâncias ou de outro qualquer tipo de veículos, mas a proposta aqui apresentada pela senhora deputada Nídia Inácio será tida em conta e apresentada à próxima reunião da Comissão de Trânsito para fazermos uma avaliação efetiva.

Sei que houve dificuldades quando aconteceu aquele incêndio no café dos Quatro Cantos. Circularam as ambulâncias e os carros dos bombeiros de menor dimensão, mas não há dúvida que temos um problema naquele espaço, uma situação que terá que ser abordada na próxima reunião da Comissão de Trânsito.

Vamos proceder a alterações em algumas passadeiras para substituição das pedras brancas de calcário que se encontram demasiado polidas. A meu ver, na zona do Alto das Covas existem duas passadeiras relativamente próximas uma da outra, mas agradeço que tenha exposto a situação, que iremos analisar.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1. DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Ent. 30990 - Informação da senhora presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de agosto a 30 de novembro de 2025, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de outubro.

Sra. presidente da Câmara – Não vou fazer uma apresentação exaustiva de toda a informação da atividade municipal, dado que a mesma está já na posse de todos os senhores membros da Assembleia; apenas referirei os aspetos mais relevantes ocorridos neste período compreendido entre 1 de agosto e 30 de novembro.

Foi concluída a empreitada do retelho e da pintura do pavimento do Pavilhão Municipal, assim como a empreitada de instalação de um relvado sintético de primeira geração no Campo

de Jogos Municipal. Estes dois espaços ficam assim apetrechados de melhores condições para as diversas práticas desportivas.

No que diz respeito às vias, existem alguns problemas nas calçadas em diversas ruas da cidade mas posso informar que está concluída a empreitada relativa à calçada na Rua de Santo Espírito. É do conhecimento público que temos dificuldades na contratação de empresas especializadas nesta área, mas informo esta Assembleia que tivemos uma reunião com uma empresa da ilha de São Miguel, que se mostrou interessada em executar alguns serviços na ilha Terceira e estamos a aguardar a resposta final para iniciarmos intervenções em algumas ruas da cidade, procurando não criar grandes constrangimentos ao trânsito, uma vez que temos a decorrer a obra do Mercado Municipal.

Posso dar-vos também conta da conclusão da empreitada de repavimentação com betuminoso no Caminho Velho nas Doze Ribeiras, assim como no acesso ao Pico Matias Simão nos Altares. Está também concluída a empreitada de repavimentação da estrada de acesso à Carreira de Tiro e foi feita uma importante intervenção na ETAR ao nível dos equipamentos e de trabalhos de reparação e pintura daquela infraestrutura.

Estão concluídas as obras em 35 habitações do Bravio, ficando assim terminada a requalificação daquele bairro, assim como os bairros de Santa Luzia.

Este ano demos início ao nosso programa de Natal a 21 de novembro, uma semana antes do habitual, com duas alterações: a que há pouco referi e o adiamento por uma semana do desfile de filarmónicas devido ao mau tempo. A campanha «Angra Prendas Mil» está também a decorrer com toda a normalidade

No dia 26 de novembro de 2025 tínhamos aproximadamente 78 % de execução da despesa. Sem contar com o PRR, temos uma execução de 85 %.

Sr. d. m. André Castro – Agradeço a sugestão apresentada pelo senhor deputado José Toste acerca da informação referente aos espetáculos. Era apenas isto que eu pretendia com a minha intervenção anterior, que espero não ter sido interpretada como uma crítica ao executivo, porque não era essa a minha intenção.

No seguimento da informação da atividade municipal prestada pela senhora presidente da Câmara, gostaria de dizer que não estamos aqui apenas para apontar as situações menos boas, por isso quero enaltecer o trabalho do executivo camarário relativo às festividades do Natal. Como bem disse o senhor deputado Délio Borges, a iluminação da cidade está muito bem composta e a Praça Velha, bastante animada. Continuem com este bom trabalho que só beneficia e dá mais vida ao nosso concelho.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (65/2025/AMAH).

Sra. presidente da Câmara – Proponho ao senhor presidente da Mesa a apresentação conjunta dos pontos 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6.

Questionados pelo senhor presidente da Mesa, nada a opor da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara – De acordo com a proposta da Câmara Municipal que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara, não haverá qualquer aumento das taxas que são aplicadas por este município, de acordo com o que vem acontecendo desde o ano 2011. Considerando a taxa de inflação prevista para 2026, na maior parte dos casos haverá uma poupança por parte das famílias no valor de 2,5 milhões de euros.

A primeira taxa da agenda de trabalhos tem a ver com a aplicação do regime de derrama para 2026, que se manterá em 1,5 % para as empresas não sediadas no concelho de Angra do Heroísmo que exercem cá a sua atividade. De acordo com o Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município, as empresas sediadas no nosso concelho continuam isentas desta taxa.

Será também mantido o valor de 0,25 % da Taxa Municipal de Direitos de Passagem aplicada às empresas de telecomunicações que utilizam infraestruturas municipais para alojamento das redes de comunicações.

O ponto 1.4 da nossa Ordem de Trabalhos refere-se ao IMI. De acordo com a deliberação que hoje trazemos a esta Assembleia, não haverá quaisquer alterações em relação aos anos 2024 e 2025, mantendo-se os minorantes e majorantes em vigor.

O código do IMI prevê uma taxa mínima entre 0,30 e 0,45 %. Estamos a aplicar a taxa minorante de 0,30 % na zona classificada aos prédios nos quais se pretenda efetuar alguma requalificação quando o investimento for superior a 50 % do valor do respetivo prédio. Haverá isenção em algumas situações, enquanto noutras será aplicado o minorante.

De acordo com o que está definido na legislação, são considerados devolutos os prédios que não estejam ocupados há mais de um ano, não possuam contratos de telecomunicações, de eletricidade e de água ou nos casos em que se verifiquem consumos mínimos, ou seja, menos de 7 m³ de consumo de água e menos de 35 KW de consumo de eletricidade. Até ao dia 1 de outubro de cada ano, recebemos uma listagem da EDA e cruzamos esta informação com a informação dos consumos dos munícipes. Nas situações em que não sejam cumpridos os requisitos previstos na legislação, procedemos a uma audiência prévia. Os munícipes têm a possibilidade de responder a esta audiência para que, posteriormente, possamos verificar o possível enquadramento nos regimes de exceção. As casas utilizadas para férias ou que se encontrem a iniciar obras não sofrem a majoração dos 30 % relativamente à taxa de IMI que está definida na legislação.

Resumindo, a nossa deliberação relativa à proposta da taxa de IMI é idêntica à que foi apresentada na Assembleia Municipal do mandato anterior e não haverá também qualquer alteração em relação aos valores aplicados o ano passado nas questões de urbanismo, de ocupação da via pública, ao nível das licenças para manifestações taurinas, das licenças especiais de ruído, de estacionamento tarifado, etc.

As taxas incluídas no Regulamento Municipal de Taxas também não sofrem qualquer alteração, o mesmo acontecendo com as taxas de água, de saneamento e de resíduos, mantendo-se os mesmos valores desde 2011, contribuindo assim para as poupanças das famílias, como atrás referi.

Sr. d. m. José Toste – Peço a palavra para destacar a política fiscal do município de Angra do Heroísmo, dando continuidade à boa prática de manutenção de taxas ao nível da água, do saneamento e resíduos, da derrama municipal e do IMI, em linha com o que tem sido feito nos últimos doze anos. Quando se fala de medidas específicas de apoio às famílias e às empresas sediadas no concelho, por vezes não são tidas em conta estas opções de manutenção de taxas da parte do município, sacrificando receitas que poderia obter, apesar do aumento da taxa de inflação.

Seguindo aquela que tem sido a prática anterior, o grupo municipal do Partido Socialista manifesta a sua satisfação com a continuidade destas ações por parte do novo executivo municipal. Vamos, naturalmente, votar a favor das propostas apresentadas.

Sra. d. m. Nídia Inácio – Se percebi, o centro histórico a partir deste ano deixará de ter isenção do IMI. Tinha percebido que íamos passar a pagar. Pergunto se o centro histórico continua isento do pagamento de IMI.

Sra. presidente da Câmara – Esta é a terceira deliberação que vem à Assembleia Municipal para aplicação do minorante na zona classificada. O Código do IMI define uma taxa entre 0,30 e 0,45 % e já aplicávamos o minorante de 0,30 % à taxa mínima de IMI para o centro histórico. Há isenção para os edifícios classificados, incluindo habitações familiares que constam no diploma que está publicado e as define como património classificado da cidade de Angra do Heroísmo, mas a Autoridade Tributária ainda não inseriu no seu sistema a informação sobre essas mesmas habitações. Há relativamente pouco tempo, reuni com o senhor diretor das finanças, alertando-o para os casos em que um morador paga IMI com minorante por viver na zona classificada, enquanto o seu vizinho está isento. A Autoridade Tributária justifica a não atualização da informação com a falta de recursos humanos, mas é importante que a mesma conste no sistema para que as taxas de IMI sejam devidamente aplicadas na zona classificada.

Lembro que são aplicados minorantes nas taxas de IMI nas freguesias onde a pressão urbanística é menor, como acontece nos Altares, no Raminho, na Serreta, nas Doze Ribeiras ou em Santa Bárbara.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – Bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhora presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Quero destacar como nota positiva a importância do não aumento das tarifas de água no setor empresarial e especialmente no setor agrícola, onde os consumos são elevados e não existe uma rede de abastecimento alternativa à rede pública, daí que um aumento ligeiro de cinco ou dez cêntimos significaria um pesado agravamento para as empresas que estão a passar por um período complicado devido a um conjunto de circunstâncias resultantes do atual contexto internacional e até mesmo regional.

Sr. d. m. Délio Borges – Por outras palavras e para quem nos ouve, o que a senhora presidente da Câmara está a dizer é que a lei permite que os proprietários de prédios na zona classificada de Angra fiquem isentos de IMI, mas o município não o faz. À semelhança do que fez no passado, a Câmara Municipal de Angra volta a prejudicar os proprietários de prédios na

zona classificada. Para terem uma ideia, na proposta de orçamento desta Câmara Municipal do ano 2020 constava uma previsão de receita de IMI no valor de 1 800 000,00 € e a proposta de orçamento para 2026 prevê a arrecadação de 2 550 000,00 € deste imposto, ou seja, em poucos anos o IMI vai crescer mais de 750 000,00 €.

É bom que se note que o aumento crescente dos preços da habitação em Portugal tem claros beneficiados, incluindo as câmaras municipais, que têm enchido os cofres por conta do IMT e do IMI.

Perante este contexto do aumento crescente do valor dos seus cofres com a arrecadação de IMI – repito, em mais de 750 000,00 € de 2020 para 2026 – questiona-se porque é que a Câmara Municipal de Angra não está disponível para ceder parte desta receita a favor dos proprietários de prédios na zona classificada.

Sra. presidente da Câmara – Por uma questão de igualdade entre todos os munícipes, esta Câmara Municipal tem decidido manter a taxa de IMI na zona classificada com as devidas adaptações; se não o fizéssemos, pergunto qual seria a penalização para os proprietários de prédios devolutos, quando existe tanta falta de habitação neste concelho. Temos por reabilitar alguns prédios, que bem poderiam aumentar o nosso parque habitacional.

Recordo mais uma vez que o município de Angra do Heroísmo não tem aumentado uma série de outras taxas desde o ano 2011, o que tem contribuído para uma poupança das famílias, que em 2026 será de aproximadamente 2 500 000,00 €. Ao mesmo tempo, se queremos aumentar o investimento no nosso concelho, temos que equilibrar as contas municipais.

São vários os prédios, públicos e privados, que estão definidos como património classificado e não pagam qualquer taxa de IMI mas, no nosso entender, todos os outros que não estão classificados devem pagar como qualquer munícipe de outra qualquer freguesia do concelho. Até lhes estamos a dizer: «Os senhores pagam, mas com um minorante de 30 %.» Estão a pagar uma taxa de 0,21 em vez dos 0,30 % que pagam os munícipes de outras freguesias.

Tem que ser aplicada uma majoração à taxa do IMI que é praticada aos prédios devolutos. Temos estado a fazer o despacho relativo às audiências prévias que nos apresentaram e, como disse há pouco, quando a Autoridade Tributária tiver todos os prédios inseridos na sua base dados, a igualdade será total. Se não fosse aplicada uma taxa de penalização, esses prédios continuariam devolutos sem qualquer pressão no sentido da sua reabilitação.

Volto a frisar que o município não praticou qualquer aumento de taxas em tudo o resto: na água, saneamento e resíduos, nas licenças para manifestações culturais, a quem pretender construir uma casa no nosso concelho, etc. Se continuamos a não praticar estes aumentos, porque não, pagar-se IMI como aconteceu nos últimos dois anos?

Sr. d. m. André Castro – Pedi a palavra para informar que o CDS-PP votará favoravelmente os pontos 1.2 a 1.6 por considerar que é sempre benéfica para o nosso concelho, esta manutenção dos valores das taxas, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos. Estamos aqui para contribuir para uma melhor qualidade de vida dos angrenses.

Sra. d. m. Honória Leandro – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, senhora presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

A minha intervenção vai no sentido de parabentear a Câmara Municipal pela manutenção dos valores de todas estas taxas, apesar de achar que os munícipes não chegam a fazer bem as contas às poupanças porque o assunto apenas é referido aqui e pouco divulgado. O não aumento destas taxas significa grandes benefícios para as famílias.

Relativamente ao IMI, conheço vários colegas que me dizem que os aumentos são muito maiores noutros municípios, onde é aplicada uma taxa superior a estes 0,30 %. Não sendo aumentado o IMI desde 2011, também aqui existe uma poupança muito grande para as famílias.

Acho que todos devem pagar e quem, como eu, possui casa à beira-mar, paga uma taxa de IMI ainda mais elevada. Somos bastante prejudicados e se calhar precisamos de mais dinheiro para conservar as nossas casas.

Sr. d. m. Délio Borges – A senhora presidente da Câmara justificou a não isenção da taxa de IMI a 100 % para os proprietários da zona classificada de Angra, com a carga fiscal sobre os prédios devolutos ou em ruínas. Andamos todos os anos com a mesma receita, uma decisão que onera de forma triplicada os seus proprietários, com pouco ou nenhum efeito, por isso sugiro que discutamos o assunto aqui na Assembleia Municipal, utilizando a lei no sentido de se estender essa carga fiscal. Estamos a multiplicar por três, quando a lei permite um agravamento até doze vezes mais, se houver fundamentação para tal.

Estamos num tempo em que falta habitação no país e também neste concelho, por isso os proprietários dos prédios devolutos ou em ruínas devem ser claramente onerados com um agravamento do IMI; contudo, limitamo-nos a repetir a receita e não me parece que, aquilo que tem sido feito até agora, tenha surtido efeitos práticos.

Deixo para reflexão, a possibilidade de onerarmos em seis ou em doze vezes mais, os proprietários de prédios devolutos ou em ruínas. Não tenho a certeza, mas penso que a lei o permite.

Sra. presidente da Câmara – A lei não permite esses valores. Estamos a onerar de acordo com o que nos é permitido e com efeitos práticos, já que deram entrada neste município, muitos processos para reabilitações, resultantes de várias situações decorrentes de audiências prévias; no entanto, não lhe posso garantir se os edifícios se destinam a arrendamento, tendo em conta as casas que estão fechadas porque o proprietário não as quer arrendar e tem o direito de fazer o que bem entender.

Volto a lembrar que não aumentaremos a taxa de IMI no ano 2026, tendo em atenção a aplicação do minorante para quem vive na zona classificada, à semelhança do que fizemos no ano anterior. Devido aos custos de manutenção da habitação, quem vive na zona classificada paga menos IMI do que os habitantes de outras freguesias onde não há aplicação do minorante.

O município está a aplicar o minorante de 30 % na taxa de IMI a quem vive na zona classificada como património mundial, prestando assim um grande contributo e demonstrando a sua preocupação com os custos da manutenção dessas casas. É uma decisão nossa que todos paguem IMI dentro de determinadas condições, que são propostas na deliberação que hoje vem a esta Assembleia.

Sr. d. m. Paulo Mendonça – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e respetivos vereadores, caros colegas presidentes de juntas de freguesia, senhoras e senhores deputados municipais.

Há prédios que se mantêm em ruína absoluta passados 45 anos desde o sismo de 1980 e não se conhecem os seus proprietários. Segundo tenho conhecimento, existem pelo menos dois edifícios na freguesia na qual tenho responsabilidades. Felizmente são poucos os casos mas, no estado em que se encontram, esses prédios não apresentam qualquer rentabilidade para o município. Se não houver uma norma jurídica ou outra solução que permita algum tipo de intervenção da parte das entidades públicas ou privadas, o problema continuará a arrastar-se e esses prédios irão perpetuar-se no estado em que estão.

1.2 – Int. 38874 - Aplicação do regime de derrama para 2026. Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea d) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal autorizou a aplicação do regime de derrama para 2026, por unanimidade. (66/2025/AMAH).

1.3 – Int. 38882 - Fixação em 0,25% do percentual da taxa municipal de direitos de passagem para 2026. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro e do artigo 18.º do Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo.

A Assembleia Municipal aprovou a fixação do percentual da taxa municipal em causa, por unanimidade. (67/2025/AMAH).

1.4 – Int. 38880 - Proposta de taxas do IMI – Imposto Municipal de Imóveis para 2026. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

A Assembleia Municipal aprovou a proposta, por unanimidade. (68/2025/AMAH).

1.5 – Int. 36514 - Não atualização da Tabela de Taxas da Câmara Municipal para 2026. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (69/2025/AMAH).

1.6 – Int. 39347 - Tarifário do serviço de água, saneamento e resíduos da Câmara Municipal para 2026. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (70/2025/AMAH).

1.7 – Int. 39844 - Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2026. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. (Acompanham o mesmo, as propostas apresentadas pelo PSD no âmbito do Direito de Oposição):

Receitas correntes: 30 685 512,00 € (trinta milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e doze euros).

Receitas de capital: 19 347 765,00 € (dezanove milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e sessenta e cinco euros).

Receitas não efetivas: 630 528,00 € (seiscentos e trinta mil, quinhentos e vinte e oito euros).

Total geral das receitas: 50 663 805,00 € (cinquenta milhões, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinco euros).

Despesas correntes: 24 380 420,00 € (vinte e quatro milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentos e vinte euros).

Despesas de capital: 25 284 274,00 € (vinte e cinco milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, duzentos e setenta e quatro euros).

Despesas não efetivas: 999 111,00 € (novecentos e noventa e nove mil, cento e onze euros).

Despesa inscrita nas Grandes Opções de Plano:

Grandes Opções do Plano: 34 989 069,00 € (trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e nove mil e sessenta e nove euros). (Financiamento definido).

Plano Plurianual de Investimentos: 22 971 048,00 € (vinte e dois milhões, novecentos e setenta e um mil e quarenta e oito euros). (Financiamento definido).

Total geral das despesas: 50 663 805,00 € (cinquenta milhões, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinco euros).

O mesmo orçamento contém o Mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2026, o plano de formação para 2026, as normas sobre a execução orçamental, o balanço previsional, a demonstração de resultados previsional e a demonstração de fluxos de caixa previsional.

Sra. presidente da Câmara – O orçamento para 2026 que é apresentado a esta Assembleia é de aproximadamente 51 milhões de euros, um valor que está influenciado pelas verbas do PRR. Sem estas verbas, o nosso orçamento seria de aproximadamente 35 milhões de euros. O orçamento para 2027 não contemplará verbas do PRR mas poderá ser eventualmente influenciado pelas verbas do PO 2030.

Na elaboração deste orçamento procurámos ter em conta, situações que são prioritárias para o concelho de Angra do Heroísmo, entre as quais a construção de mais habitação para as famílias, seja através do município ou do Governo Regional, e não me refiro exclusivamente à habitação social. No nosso programa eleitoral consta a construção de quarenta novas habitações em Angra do Heroísmo em quatro loteamentos, um em Santa Luzia e três na Conceição.

Visto tratar-se da construção de habitações a custos controlados, temos um estudo a decorrer porque pretendemos o contributo da própria banca devido à opção de compra da parte de quem tiver essa possibilidade.

O orçamento que aqui vos é apresentado tem início em 2026 e termina em 2027. Devido a outras obras que estão a decorrer neste momento no concelho, não será possível executar num só ano, as obras das quarenta habitações que atrás referi, prevendo-se a sua construção entre dois e meio a três anos, se houver disponibilidade da parte dos empreiteiros como tem acontecido até agora.

Um outro aspeto tido em atenção está relacionado com a economia e o emprego, permitindo, nomeadamente a incubação de mais empresas na StartUp Angra, que tem sido um êxito. As empresas que estiveram sediadas três anos nesta incubadora, ainda estão no mercado em funcionamento.

Há relatórios externos à região, que apontam a StartUp Angra como um exemplo a seguir, daí a importância da sua ampliação para permitirmos o alojamento de mais empresas no concelho, assim como a criação de um centro empresarial em parceria com a Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, uma mais-valia para a captação de mais investimento e criação de emprego qualificado e bem remunerado.

Não podemos continuar na situação em que os nossos jovens se deslocam para estudar nas várias universidades do país e depois acabamos por perdê-los; embora tenham muita vontade de voltar para a sua terra, não o fazem porque não encontram cá um emprego qualificado, uma situação que pretendemos alterar. Existem várias empresas com disponibilidade para se instalarem nesse centro empresarial, que será mais direcionado para a área oficial.

Um outro aspeto que foi muito importante nos mandatos anteriores e continuará a sê-lo, é a rede viária municipal. Estamos a desenvolver um trabalho em conjunto com a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática e o seu secretário regional para uma intervenção no Caminho da Ponta em São Sebastião, assim como noutros caminhos que têm sido identificados nas reuniões que temos realizado com as juntas de freguesia. Temos ainda um caminho para reabilitar no Porto Judeu, além da continuidade dos investimentos em sobras de estrada.

No que respeita ao parque escolar e à área do desporto, temos incluído no parque desportivo, muitos dos campos existentes nas diversas freguesias. Iremos proceder a melhorias na tribuna da comunicação social e nos balneários do Campo de Jogos de São Mateus, onde é necessária uma intervenção de fundo, assim como nos balneários do Campo de Jogos Municipal de Angra do Heroísmo. Temos relva sintética disponível no nosso armazém, que será distribuída pelos diversos campos do concelho de acordo com o que nos tem sido solicitado.

Fomos fazendo, ao longo dos mandatos anteriores, um grande investimento no parque escolar nos edifícios que são propriedade do município. Os alunos da escola das Cinco Ribeiras estão deslocados para São Bartolomeu, uma situação para nós muito preocupante. Fizemos uma candidatura ao PO 2030, que não foi aprovada, mas elaborámos um projeto que ultrapassa o meio milhão de euros e vamos lançar o concurso com o objetivo de reabilitarmos esta mesma escola para que as crianças possam a ela regressar.

Se bem se lembram, no mandato anterior eu disse desde a primeira hora que reabilitaríamos este edifício para fins escolares. À semelhança do que está a acontecer para as escolas do Governo Regional até ao dia 31 de dezembro, esperamos que o PO 2030 abra novo aviso que permita aos municípios reabilitarem as suas escolas.

Não podemos esquecer também a parte da Escola EBI da Carreirinha, o Pré-escolar e o 1.º Ciclo, que são da responsabilidade do município, onde é necessária uma intervenção de fundo. Lembro que temos trabalhado nas escolas dos Altares, das Doze Ribeiras, de Santa Bárbara, da Terra Chã, de São Mateus e do Porto Judeu.

Ainda na área da educação, prestamos outros apoios às escolas, nomeadamente ao número crescente de projetos pedagógicos que nos são apresentados e a visitas de estudo, além do complemento da Ação Social Escolar.

Há pouco referi a construção das quarenta novas casas, que não se destinam à habitação social, mas não podemos esquecer o trabalho de requalificação da habitação social que é património da Câmara Municipal, ao qual vamos dar continuidade.

Um outro aspeto importante que consta neste orçamento é o apoio ao turismo e à promoção do «Destino Terceira» através do «Explore Terceira» numa parceria muito importante com a Câmara do Comércio, que já nos apresentou o programa para 2026. Daremos continuidade à, cada vez mais importante promoção turística da ilha Terceira, principalmente na época baixa.

Não foram esquecidas neste orçamento, as questões relacionadas com o ambiente e o importante investimento no reservatório da Fonte da Telha, que nos vai permitir melhorar o abastecimento de água. Temos instalados, cinco mil contadores de água inteligentes e estamos a preparar o concurso para a instalação de mais três mil destes dispositivos com vista a melhorar o serviço prestado à população e diminuir os encargos do município com as leituras de água. Vamos continuar a apostar na telemetria.

Tivemos a oportunidade de reunir com as juntas de freguesia para lhes apresentar o orçamento para o ano 2026 com um aumento de 2 % no que à delegação de competências diz respeito. As juntas de freguesia são os braços do município em todo o concelho, daí a importância crescente desta descentralização que tem vindo a acontecer ao longo dos últimos mandatos, não esquecendo os contratos interadministrativos que celebramos para investimentos que são da responsabilidade das próprias juntas de freguesia ou da Câmara Municipal através da delegação de competências.

No que concerne ao mapa de pessoal, temos 315 postos de trabalho ocupados que, em termos de salários, equivalem a 8 734 625,00 € (oito milhões, setecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco euros) e representam 26 % das receitas próprias do município. Em

2024, o valor disponibilizado para vencimentos foi de 9,5 milhões de euros devido às progressões nas carreiras e ao pagamento de retroativos.

Na preparação deste orçamento procedemos a uma verificação dos recursos humanos existentes em cada unidade e as suas reais necessidades. O município vai abrindo concursos em termos de pessoal dentro do que for possível, mantendo sempre as suas contas equilibradas o que, para nós, é fundamental. Temos tido a possibilidade de contratar empresas externas sempre que o nosso quadro de pessoal não seja suficiente e nunca ficou qualquer trabalho por fazer devido a falta de pessoal.

Em 2025 entrarão três recursos humanos, cujos concursos já decorreram: dois assistentes operacionais para a área de resíduos, jardins e limpeza urbana e um assistente técnico para o nosso serviço de atendimento porque havia a necessidade de aumentarmos o número de recursos humanos para o atendimento aos munícipes.

Os concursos que estão a decorrer e os que vamos abrir, totalizarão nove entradas de assistentes operacionais e assistentes técnicos para a Câmara Municipal. Os assistentes operacionais destinam-se às áreas da limpeza urbana, dos cemitérios, das águas, dos meios operacionais e do parque desportivo, e teremos um encarregado operacional para a área das águas. Havia algumas unidades com recursos humanos desnecessários, por isso, através de despacho, procedemos à sua mobilidade para outras áreas onde faziam falta. Resumindo, em 2025 e 2026 vamos permitir a entrada de doze novos funcionários para o município de Angra do Heroísmo.

Temos um orçamento de aproximadamente 51 milhões de euros, sendo muito inflacionado pelo PRR Habitação, pelo PRR Cultura e também pelo PO 2030 através das candidaturas que temos apresentado. Não podemos esquecer a grande requalificação que foi feita pelo município em igrejas do concelho de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. José Toste – Gostaria de destacar, da parte do grupo municipal do Partido Socialista, os aspetos positivos desta proposta de plano e orçamento para o município de Angra do Heroísmo. Como foi já referido, trata-se de um orçamento com um valor impactante, apesar de termos a noção que, parte do montante advém de verbas do PRR e tem por base orçamentos anteriores de valor também elevado por via desse mesmo programa. Tendo em conta as boas execuções anteriores, entendemos que estes quinze milhões serão devidamente executados, tal como o orçamento em geral.

Em algumas situações, estes documentos previsionais são apenas inscrições de ação sem concretização, o que não tem sido o caso, tendo em conta o histórico da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo cujos documentos são elaborados com base numa elevada previsão de execução. Esperamos que assim continue e temos a certeza que foi também esta a preocupação do executivo municipal ao elaborar este plano e orçamento, dando garantias que, tudo o que está inscrito, será concretizado. Estamos certos que o executivo dará as devidas justificações a esta Assembleia Municipal acerca dos motivos da eventual não execução de determinados investimentos.

É também merecedora de destaque, a manutenção das taxas no seguimento do que tem vindo a ser aprovado por esta Assembleia Municipal. Estas medidas anti-inflação têm um custo

que está devidamente refletido neste orçamento, que é equilibrado e segue a linha de uma execução rigorosa do dinheiro dos contribuintes.

Além da habitação, da economia e do emprego, nesta proposta de orçamento é dado um grande destaque ao investimento em setores como a StartUp Angra e o Centro Empresarial, que são determinantes para a dinamização da nossa economia. Os orçamentos municipais e da administração pública são importantes, mas a economia do concelho depende essencialmente da capacidade de gerar e fixar empresas. O investimento na StartUp Angra e no Centro Empresarial são determinantes na criação de condições para que os munícipes possam gerar os seus próprios empregos. O auto emprego é muito importante para o sucesso económico do concelho.

Os investimentos na rede viária são também necessários e naturalmente muito custosos. Os valores do alcatrão e da pavimentação são muito elevados e no final do ano acabamos por constatar que todas estas verbas se revelam escassas; não obstante, é bom que o executivo municipal tenha sempre em atenção a constante necessidade de intervenção nesta área.

Indo além das suas próprias competências, muitas vezes o município suprime falhas de investimento da parte de outras entidades com a responsabilidade primária de darem apoio ao nível das escolas, ou seja, o investimento em educação neste concelho não é feito apenas nas infraestruturas que dependem do município, abrangendo também projetos pedagógicos em escolas que não fazem parte da rede municipal.

Este orçamento da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo contempla também investimentos na área do desporto, muitas vezes para além das suas competências, continuando em linha com orçamentos anteriores ao nível da cooperação e da boa relação com as juntas de freguesia, independentemente das suas cores partidárias. Julgamos que o tratamento igualitário para com as juntas de freguesia tem sido e deve continuar a ser uma bandeira do executivo camarário, como está refletido nos documentos previsionais, uma boa prática que, naturalmente, saudamos.

No que diz respeito ao quadro de pessoal, o grupo municipal do Partido Socialista vê também com bons olhos o recrutamento de mais assistentes operacionais e assistentes técnicos para garantirem à Câmara Municipal a continuidade na prestação de diversos serviços, não obstante a saída de muitos trabalhadores, ao mesmo tempo que se mantém um certo equilíbrio nas contas municipais. Como foi aqui referido pela senhora presidente da Câmara, ao contrário do que se verifica noutros órgãos da administração pública, apenas 26 % do valor deste orçamento da Câmara Municipal se destina a recursos humanos, o que significa que os restantes 74 % serão investidos diretamente nos munícipes.

Quando se investe muito em recursos humanos e no pagamento de salários, por vezes ocorre um garrote e um desequilíbrio, sobrando pouco para servir os munícipes, que são o principal foco de atuação das câmaras municipais. O investimento em recursos humanos é muito importante mas não devem ser consumidas as verbas destinadas aos investimentos que são necessários.

Terminada esta avaliação inicial, saúdo este executivo municipal pela proposta de orçamento aqui apresentada, que merecerá naturalmente o voto do grupo municipal do Partido Socialista.

Sr. d. m. Paulo Chaves – Sendo esta a minha primeira intervenção após a instalação da Mesa da Assembleia Municipal, cumprimento o senhor presidente e a restante Mesa, os senhores deputados municipais, os senhores presidentes de juntas de freguesia, a senhora presidente da Câmara, o senhor vice-presidente e os restantes vereadores. Em nome do grupo municipal do PSD, quero desejar a todos um profícuo mandato.

O sucesso da Assembleia Municipal, fiscalizadora e preponente legislativa, da senhora presidente da Câmara e dos senhores vereadores, será o sucesso de todos e podem contar com o grupo municipal do PSD. Como disse na tomada de posse, senhora presidente, somos um grupo municipal que está aqui para ajudar no que for preciso e fazemos parte da solução. Como foi óbvio e verificado por todos, a nossa bancada apresentou propostas, fez perguntas, fiscalizou aquilo que teve que fiscalizar e votámos a favor em alguns pontos. Acho que é assim que devemos agir em democracia.

É bom relembrar que a senhora presidente da Câmara está aí sentada com os senhores vereadores que a acompanham e temos que respeitar o voto do povo, mas lembro que estaremos aqui de forma persistente e meticulosa a fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. Neste caso em concreto do ponto 1.7 que estamos a votar referente ao Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, o grupo municipal do PSD vai abster-se.

Sra. d. m. Michéle Aguiar – Tenho algumas dúvidas e questões que gostaria de ver esclarecidas. Surge como uma das Grandes Opções do Plano, a proteção costeira entre as Areias Brancas e a Silveira, que não tem verba alocada, por isso pergunto se se trata efetivamente de uma grande opção ou se este não é um projeto prioritário para esta Câmara.

Uma segunda questão prende-se com a rubrica das Sanjoaninas, que está subdividida em dezanove alíneas. Assim sendo, pergunto qual o valor global do investimento nestas festas.

Pelo balancete executado até ao dia 30 de novembro de 2025, pude constatar que constam apenas 5500,00 € atribuídos a trabalhos especializados na rubrica do «BikeSharing», quando, nas Grandes Opções do Plano, temos um investimento plurianual de 34 800,00 €. Gostaria de saber quais as razões desta diferença de valores e o que há de novo para esta rubrica.

Por último, gostaria de saber se se mantém a parceria inicialmente prevista com o TAC (Terceira Automóvel Clube) acerca do kartódromo ou se a Câmara Municipal vai assumir a totalidade do investimento.

Sra. presidente da Câmara – O projeto da proteção costeira entre as Areias Brancas e a Silveira está pronto e é muito importante para o município, mas estamos a aguardar a candidatura a fundos europeus, ao PO 2030. Como já inscrevemos muitas verbas no orçamento, precisamos de algum apoio para este projeto, que pretendemos realizar neste mandato; não consta no orçamento para 2026 mas será inscrito nos orçamentos dos anos seguintes, porque não podemos concretizar num só ano, todo o investimento previsto para

quatro anos. É necessário proceder-se a uma pequena correção ao projeto inicial, mas é um investimento para realizar.

As nossas famosas bicicletas – se assim se pode dizer – têm sido uma verdadeira preocupação e o valor que está inscrito tem a ver com o contrato de concessão e manutenção. Muitas das bicicletas que andam por aí, não estão nas estações que deveriam estar devido a mau uso da parte dos utilizadores e ainda temos muitas para arranjar.

O investimento no kartódromo será assumido a 100 % pelo município e não há nenhuma parceria com o TAC em termos financeiros. Peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra ao senhor vice-presidente da Câmara Guido Teles para prestar as informações solicitadas a respeito das festas Sanjoaninas.

Sr. vereador Guido Teles – Muito boa tarde senhor presidente e caras secretárias da Mesa, senhora presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia.

Tal como deve acontecer, estão previstas no orçamento, todas as rubricas das Sanjoaninas nos diversos enquadramentos de contratação, tais como: prestações de serviços, aquisição de bens e afins, para depois podermos fazer face a todas as despesas associadas às festas, que são muitas e de diferente índole.

Apesar do aumento dos custos, pretendemos manter os valores que foram investidos nos anos anteriores e apresentados a esta Assembleia. Estamos a falar de um evento que envolve um investimento considerável da parte do município à volta de um milhão de euros, sem contabilizar as receitas. As Sanjoaninas são fundamentais para a projeção externa da nossa cidade, do concelho e da ilha e uma forma de dinamizarmos a nossa terra, social e economicamente.

Estamos num processo de análise jurídica em torno da contratualização dos artistas para o palco do Bailão, uma das áreas que envolvem valores maiores. O objetivo é tentarmos alterar um pouco este procedimento, tendo em vista a redução de custos para a autarquia. Embora a solução esteja ainda em análise jurídica, posso adiantar que tencionamos proceder à realização de um concurso para a concessão daquele espaço. O objetivo é um menor investimento da nossa parte e assim direcionarmos os fundos para toda a logística, que é dispendiosa, relacionada com a receção dos diversos grupos que nos visitam durante as festas. O investimento nas Sanjoaninas tem rondado um milhão de euros nos últimos anos, um valor que não tencionamos aumentar este ano.

Se a senhora presidente da Câmara mo permitir, gostaria de acrescentar que não foi feita qualquer parceria com o Terceira Automóvel Clube a respeito do investimento no kartódromo, mas sim no projeto de execução, o que aconteceu de facto. Foi o TAC que, numa fase inicial, liderou toda a preparação do projeto de execução em parceria com o município. Existe ainda um acordo para que, em articulação com o município, o Terceira Automóvel Clube venha a ser uma entidade envolvida na gestão e utilização daquela infraestrutura. É isto que se pretende para o kartódromo de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – Permitam-me um complemento à intervenção do meu colega José Toste acerca da apreciação global do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2026, destacando alguns aspetos que me parecem relevantes.

Apresento cinco tópicos muito breves: descentralização, controlo de custos de funcionamento, controlo de custos do serviço da dívida, captação de fundos externos e apoio social.

No caso da descentralização, foram apresentados dois exemplos que conheço bem, nomeadamente a parceria com a Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo relativamente ao Centro Empresarial, que está a ser preparado para ampliar as instalações existentes que se encontram esgotadas, e a previsão relativamente às ações pertinentes de promoção do «Destino Terceira» e do nosso concelho. Estas ações revelam um grande arrojo, não se importando de entregar o protagonismo de determinadas ações a outras entidades que, à partida, estarão mais vocacionadas do que a Câmara Municipal para gerirem esses fundos, o que vai entroncar no ponto seguinte referente ao controlo de fundos de funcionamento. Cai-se muitas vezes na tentação da criação de gabinetes específicos com custos acrescidos para se gerir isto e aquilo, enquanto os 26 % das receitas deste município destinadas aos recursos humanos estão seguramente bastante abaixo do que é praticado pela maioria dos restantes municípios da região e do país.

Aproveito para lembrar que esta Câmara Municipal procedeu à internalização de diversas empresas municipais, o que lhe permitiu poupar de forma significativa, reduzindo as despesas de funcionamento, mantendo os serviços e disponibilizando mais recursos para aplicar noutros fins.

É do conhecimento de todos, o controlo dos custos residuais do serviço da dívida desta Câmara Municipal, lembrando que, grande parte dos juros aqui previstos se deve ao atraso no recebimento de apoios da parte do Governo Regional.

No que toca aos recursos externos, é também merecedora de destaque, a captação e execução de apoios do PRR por parte desta Câmara Municipal, ao contrário do que aconteceu com diversos municípios. Deve ser reconhecido a esta Câmara, o mérito de uma elevada taxa de execução que se mantém em curso.

Por fim, um outro destaque vai para o apoio social através do não agravamento das taxas aplicadas às empresas e à população em geral. Se tivermos em conta, mais de uma década sem agravamento de taxas, estaremos a falar de benefícios bastante elevados de mais de 30 %.

Tem sido meu hábito, trazer às sessões da Assembleia Municipal e do Conselho de Ilha, o tema da educação que me é particularmente caro. Numa fase complicada, este município tem demonstrando uma grande capacidade de ir para além do que lhe é devido no que diz respeito ao apoio às escolas, tendo em conta as carências de investimentos ao nível da manutenção de infraestruturas e de outros aspetos ligados ao seu funcionamento.

Fiquei muito satisfeito ao saber que a EBI da Carreirinha vai ser alvo de uma intervenção profunda; contudo, e estando aqui sentado ao lado de um colega que trabalha na mesma escola como professor de Educação Física, não posso deixar de expressar uma outra preocupação que tem a ver com a necessidade de se pôr os miúdos a mexerem-se.

Este ano foi implementada na Escola Básica e Integrada de Angra do Heroísmo, a proibição da utilização dos telemóveis, uma medida que inicialmente me suscitou algumas dúvidas, porque não sabíamos se iria funcionar, se os alunos acabariam por os usar à socapa; no entanto, e passado praticamente o 1.º período de aulas, ao olharmos para a rua vemos os miúdos a mexerem-se como não acontecia há muito, algo que acaba por encontrar num outro aspeto que é a falta de parques de aventura e outras estruturas nas escolas, que permitam aos alunos a atratividade por atividades físicas.

Quem está ligado à área do desporto, sabe melhor do que eu que a falta de motricidade dos alunos tem consequências diretas nas suas capacidades cognitivas. Temos taxas de obesidade extremamente preocupantes no nosso concelho e não falo apenas da unidade orgânica da EBI de Angra do Heroísmo, que melhor conheço.

Por se localizarem numa determinada zona com diferentes hábitos culturais, há escolas do 1.º Ciclo com alunos que apresentam taxas de IMC (Índice de Massa Corporal) bastante preocupantes acima da média da região que, por sua vez, está acima da média nacional, uma situação que não se resolve com técnicos ou por via dos gabinetes de apoio à saúde escolar. As escolas deveriam possuir um nutricionista nos seus quadros de unidades orgânicas e a própria Direção Regional da Educação dispõe de apenas duas nutricionistas para todas as escolas da região.

Apelo a este esforço contínuo da Câmara Municipal no sentido de, nalguns casos, ir ainda mais além das suas competências no apoio às escolas, nomeadamente com a criação e manutenção das tais infraestruturas exteriores, podendo algumas ser eventualmente enquadradas em projetos pedagógicos. Com os coelhos que consegue tirar da cartola, talvez esta Câmara Municipal possa disponibilizar mais algumas verbas para investir no nosso parque escolar, que está verdadeiramente necessitado.

Sr. d. m. Délio Borges – Temos estado aqui a identificar um rol de propostas de obra para 2026, sendo certo que um orçamento se faz de receita e de despesa. O orçamento para 2026 prevê uma receita de 2 550 000,00 € de IMI, 800 000,00 € de IUC e 1 500 000,00 € de IMT, além das receitas habituais ao nível das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da participação não fixa no IRS.

Faço a ligação da receita prevista para 2026 com a proposta da Coligação na Câmara Municipal no sentido de um reforço efetivo das transferências para as juntas de freguesia. Em jeito de solidariedade, quero lembrar os senhores presidentes de juntas de freguesia, que as verbas provenientes das receitas do Estado vão subir mais do que 2 %, enquanto a Câmara Municipal decidiu aumentar apenas em 2 % as transferências para as juntas de freguesia.

Relativamente aos contratos interadministrativos, uma boa prática de projetos em comum entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia, os tais 20 000,00 € continuam a ser importantes mas é um valor que se mantém há vários anos, por isso importa refletir sobre a sua atualização. Quero deixar esta nota relativa à relação do aumento das despesas com a disponibilidade da Câmara Municipal em verbalizar e depois concretizar as transferências para as juntas de freguesia.

A senhora presidente da Câmara deu-nos conta das previsões de contratações de pessoal para 2026 mas não fez referência às saídas. Se haverá entradas, por uma questão de equilíbrio, poderão existir também saídas, devido a aposentações, por exemplo.

Foram referidas pela colega, algumas obras, que apelidamos de obras dos cinco euros; vêm surgindo há vários anos nas propostas de documentos previsionais e repetem-se em 2026. O executivo mudou mas existe uma continuidade nas obras dos cinco euros. A obra fica aberta em termos contabilísticos, depois logo se vê em termos de execução da receita e da despesa.

Já se referiu aqui a questão da «smart city», a senhora presidente teve a oportunidade de explicar o projeto das Areias Brancas e volta outra vez à baila a reabilitação do edifício da Fanfarra Operária com um valor de cinco euros.

Existem outros projetos relativos à mobilidade urbana, também com rubricas no valor de cinco euros, o que me leva a solicitar o ponto da situação de uma promessa antiga do ex-presidente desta Câmara Municipal, atual presidente da Assembleia Municipal, acerca da reestruturação da rede de *minibus* numa perspetiva de podermos ir ao encontro das novas dinâmicas do trânsito e da circulação dos municípios em Angra.

Gostaria de obter ainda alguns esclarecimentos a respeito de uma previsão de despesa para 2026 na obra da Igreja de São João Batista. Consultando a publicação dos contratos públicos no «Base.Gov», constata-se que a Câmara Municipal de Angra fez um ajuste direto no dia 11 de dezembro relativamente a uma execução de trabalhos a mais no âmbito da empreitada de reabilitação da Igreja de São João Batista. Peço o ponto da situação desta obra, gostaria de saber o que levou à necessidade deste ajuste direto de 45 mil euros e qual a previsão para 2026.

Sra. presidente da Câmara – À semelhança do aumento que a Câmara Municipal vai receber do orçamento de Estado, também as juntas de freguesia vão ter um aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Procedemos a um aumento de 2 % nas delegações de competências para serviços relacionados com a limpeza urbana, pequenas reparações nas escolas, zonas balneares e parques infantis, assim como para o mobiliário urbano, etc., e mantivemos o valor de 20 000,00 € referente ao contrato interadministrativo que cada junta de freguesia tem direito a apresentar no início de cada ano.

Não podemos esquecer que, além destes 20 000,00 €, existe durante o ano, muita descentralização através de outros contratos interadministrativos. Há investimentos da responsabilidade da Câmara Municipal cuja execução é delegada nas juntas de freguesia, além dos investimentos das próprias juntas, que solicitam à Câmara Municipal a verba necessária para os realizar. Dou como exemplo, o Orçamento Participativo da responsabilidade da Câmara Municipal que, por sua vez, delega a sua execução nas juntas de freguesia.

Pretendemos manter as rubricas abertas para podermos alocar as respetivas verbas na eventualidade da previsão de algum investimento no concelho no âmbito do PO 2030. Quando há cabimento orçamental camarário, vamos fazendo face aos investimentos das juntas de freguesia e este valor de cinco mil euros continuará inscrito para mantermos a rubrica aberta.

O senhor deputado fez referência ao edifício da Fanfarra Operária – que é privado – e o que temos é um projeto para uma área existente por detrás. Lembro que há aqui um engano e

estamos à espera que este terreno seja inscrito na Câmara Municipal mediante uma resolução do Conselho do Governo. O terreno onde está implantado o Tribunal está inscrito no nome da Câmara Municipal e está previsto um investimento num silo automóvel com 122 lugares de estacionamento num terreno inscrito no nome do Governo Regional, com quem temos insistido no sentido de regularizar a situação para que possamos lançar o concurso com vista à intervenção nesse espaço, que nos permitirá aumentar significativamente os lugares de estacionamento, além dos 220 que estão previstos para o parque do Mercado Municipal. Aquando da preparação do projeto, houve o cuidado de separar o terreno onde a Fanfarra Operária pretende fazer investimento – numa sala de espetáculos, por exemplo – e o espaço onde a Câmara Municipal pretende construir o silo automóvel.

Quanto à mobilidade urbana, estamos a trabalhar no sentido de uma adjudicação a uma entidade externa. Tivemos uma reunião com a «Mobi Azores» e conhecemos as alterações que é preciso fazer em termos dos *minibus*. Pretendemos alargar a zona de intervenção a São Mateus e à Ribeirinha mas temos que entrar em contacto com a Secretaria Regional dos Transportes porque fomos informados da existência de um concurso para os transportes interurbanos da ilha Terceira que inclui estas duas zonas. Reunimos a semana passada com a empresa que nos vai fazer esse estudo para que possamos ter um transporte urbano que sirva as freguesias do concelho. Temos que nos entender para não duplicarmos investimentos nas mesmas zonas.

No que, à Igreja de São João Batista diz respeito, claro que houve alguns trabalhos a mais, mas o investimento está concluído, a igreja foi inaugurada e têm lá decorrido diversos eventos. Estão também concluídas as igrejas das Concecionistas e do Livramento, enquanto a intervenção na Igreja do Colégio se encontra na fase final de restauro dos retábulos.

Recordo que estas obras foram feitas na íntegra com financiamento camarário porque não podíamos continuar com estes edifícios em ruínas desde o sismo de 1980. É certo que se fez um esforço significativo com a requalificação de várias igrejas em simultâneo, mas estamos a contribuir para a recuperação do edificado de uma cidade que é património mundial. Tencionamos continuar a ajudar na requalificação de várias igrejas do concelho, mas gostaríamos de contar com a participação da Direção Regional da Cultura, já que, assim como qualquer outro orçamento, o nosso também tem os seus limites.

Esta Câmara Municipal tem-se disponibilizado desde a primeira hora para dar o seu contributo na recuperação de património, lembrando que estamos também a recuperar o Centro de Interpretação de São João Batista, que será um espaço de visita muito importante.

Acho que, da nossa parte, temos feito o máximo possível dentro do orçamento que está disponível. Gostaríamos de fazer mais mas, como foi dito nas sessões da Assembleia Municipal do mandato anterior, não podemos esquecer que o município de Angra, num esforço tremendo, tem vindo a suportar o investimento na habitação social, já que os pagamentos da parte do IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), não têm sido tão céleres como deveriam.

Para finalizar, relembro que não vamos ficar pelos 20 000,00 € porque foram já identificados com cada um dos senhores presidentes de juntas de freguesia, muitos investimentos que iremos realizar nas diversas freguesias do concelho.

Sr. d. m. André Castro – O grupo municipal do CDS-PP considera tratar-se de um orçamento de continuidade da parte do executivo camarário, que os angrenses, com larga maioria, escolheram nas últimas eleições. Certamente responderá a grande parte das necessidades do concelho, contudo não podemos deixar de referir que fica aquém das nossas expectativas, tendo em conta que não vemos explanado nestes documentos, o desenvolvimento e a novidade que foi amplamente divulgada na campanha eleitoral. Não obstante, consideramos também positiva a continuidade da obra do Mercado Municipal, um projeto com mais de quinze anos há muito esperado pelos angrenses e sempre defendido pelo CDS-PP.

Uma outra ação que consideramos muito positiva é a requalificação da habitação social municipal, atendendo às necessidades do nosso concelho, não só dos jovens, mas dos angrenses em geral que não têm condições para adquirirem habitação própria. De destacar também o início da construção de casas a custos controlados que contribuirão para o aumento do parque habitacional do nosso concelho.

Apesar de não ser o que pretendíamos, gostaria de referir também o aumento de 2 % das transferências de verbas para as juntas de freguesia.

Consideramos ainda um ponto positivo neste orçamento, a requalificação do Caminho da Ponta, uma proposta da Coligação nas últimas eleições. Como referiu a senhora presidente da Câmara, é uma prioridade para a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática para o ano 2026. É também merecedora de destaque pela positiva, a criação do Centro Empresarial de Angra do Heroísmo, de certa forma uma das propostas apresentadas pela Coligação nestas eleições.

Pela responsabilidade que nos é reconhecida e por considerarmos que este orçamento dará uma resposta positiva às necessidades dos angrenses e do concelho, o CDS-PP vai abster-se na sua votação, viabilizando os documentos aqui apresentados.

Sr. d. m. José Bernardo – Boa tarde Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal, Exma. senhora presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes das juntas de freguesia.

Começo por dizer aquilo que é justo ser dito. A gestão financeira da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo tem evidenciado equilíbrio e rigor. Isso é positivo e merece reconhecimento público mas, governação não é apenas apresentar contas certas; governação é, sobretudo, criar condições para o futuro e é aqui que divergimos.

A orientação política do município está, em vários aspetos, em contraciclo com a realidade económica do concelho e com as necessidades de desenvolvimento de Angra. Hoje, quem quer investir, criar emprego e dinamizar a economia local, encontra um município pesado, burocrático e lento a decidir. Demasiadas regras, demasiados papéis, demasiados atrasos. Um município que deveria abrir portas, muitas vezes levanta obstáculos e isso tem

consequências. Um concelho que dificulta a iniciativa privada, está a dificultar o seu próprio futuro. É preciso dizer claramente que o investidor não é um problema, o empresário não é um inimigo e o empreendedor é parte da solução. Um município moderno não trava quem quer investir; acompanha, facilita e incentiva.

Defendemos uma governação municipal que simplifique os processos, acelere licenciamentos, reduza entraves e trate quem investe como um parceiro estratégico. Sem empresas não há emprego, sem emprego não há receitas, sem receitas não há políticas sociais sustentáveis.

Angra precisa de mais do que um equilíbrio financeiro; precisa de ambição económica porque, governar não é apenas gerir o presente, é construir o futuro. Por estas razões, o CHEGA vai abster-se.

Sr. d. m. Paulo Chaves – No seguimento do que foi dito pela senhora presidente da Câmara acerca da equidade que é dada às juntas de freguesia, gostaria de lhe pedir que, numa próxima sessão da Assembleia Municipal nos disponibilize um mapa da execução nas dezanove freguesias do concelho para que possamos fazer uma comparação fidedigna.

Aproveito esta minha intervenção para lembrar que a senhora presidente da Câmara não respondeu à questão colocada pelo meu colega Délio Borges referente às saídas dos recursos humanos que estão previstas para 2026.

Sra. presidente da Câmara – Pedindo desculpa ao senhor deputado Délio Borges pela falta da resposta à questão atrás referida, posso informar esta Assembleia que está prevista para 2026, a aposentação de treze e a entrada de doze funcionários.

Ainda a respeito das transferências, informo que foi distribuído por todas as freguesias, um mapa com os valores que as mesmas irão receber em 2026 através das delegações de competências. Visto que estamos no início do mandato, prometo ao senhor deputado que apresentarei os mapas que solicitou. Dei exemplos dos investimentos que vamos fazer em várias juntas de freguesia, independentemente das suas cores políticas, mas esqueci de referir o investimento que está previsto para a piscina do Negrito, que nos vai dar muito trabalho, já que não se trata da colocação de uma simples bomba, como se tem vindo a dizer ao longo do tempo.

De acordo com as reuniões que temos realizado, os senhores presidentes de juntas de freguesia sabem que fomos eleitos para trabalhar e dialogar abertamente com todos, mas temos que definir prioridades. Como é minha obrigação e dever, tenho estado presente e dito aquilo que é e não é possível, porque temos que contar com os investimentos que a Câmara Municipal e o Governo Regional podem fazer. Tenho todo gosto em apresentar os mapas das execuções e todos em conjunto vamos fazer a diferença nas nossas freguesias.

Sr. d. m. Paulo Chaves – Está a iniciar-se um novo mandato, daí que pedi à senhora presidente da Câmara que, numa próxima reunião da Assembleia Municipal, nos forneça os mapas dos investimentos extra, além das delegações de competências, para que possamos fazer uma avaliação enquanto deputados municipais.

Sr. presidente da Mesa – Gostaria de esclarecer que esse valor constará na conta do município que será apreciada em abril por esta Assembleia.

Terminadas as intervenções e após votação, o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2026 constante no Ponto 1.7, foi aprovado por maioria com 30 votos a favor, sendo 24 do Partido Socialista e 6 do Partido Social Democrata e 9 abstenções, sendo 5 do Partido Social Democrata, 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (71/2025/AMAH).

Sra. presidente da Câmara – Proponho a discussão conjunta dos pontos 1.8 a 1.13 que dizem respeito à TERAMB.

Questionados pelo senhor presidente da Mesa, nada a opor da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara – No mês de novembro realizou-se a Assembleia Geral e a reunião do Conselho Geral da TERAMB. Na Assembleia Geral foi proposto um aumento de cinco euros por tonelada para os resíduos urbanos indiferenciados, que não tem qualquer influência nas famílias porque é suportado por ambos os municípios da ilha e pela Praia Ambiente através do contrato de prestação de serviços celebrado com esta empresa intermunicipal.

A TERAMB completa dez anos e necessita de um investimento significativo, devido também a um aumento dos consumíveis que utiliza, daí a justificação deste aumento de 35 para 40 euros por tonelada nos resíduos urbanos indiferenciados. Haverá também um aumento de dez euros por tonelada nos resíduos não urbanos, nas lamas, nos resíduos considerados perigosos, nos resíduos de construção e demolição e também nos subprodutos de origem animal, aumento este que será suportado pelas empresas que depositam esses mesmos resíduos.

Quanto ao plano de atividades da TERAMB para o ano 2026, uma das nossas principais preocupações é a manutenção da certificação das normas ISO 9001 e ISO 14001. Está a ser preparado um projeto de valorização orgânica para financiamento com fundos europeus através do PO 2030, que tem a ver com uma central de compostagem para venda. Há uma preocupação com o reforço do equilíbrio financeiro desta mesma empresa, sendo que, 22 % das receitas se referem a subsídios que a TERAMB vai receber, 54 % têm a ver com a prestação de serviços aos dois municípios e 24 % são provenientes da venda de eletricidade à EDA.

O ponto 1.10 refere-se à minuta do contrato programa que os dois municípios vão celebrar com a TERAMB para tratamento de resíduos urbanos: os indiferenciados, os «monstros», os resíduos de limpeza urbana, as lamas de depuração e os resíduos biodegradáveis. O valor deste contrato é de 920 000,00 € para a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e de 30 000,00 € para a Câmara Municipal da Praia da Vitória. O restante é pago pela Praia Ambiente.

O ponto 1.11 diz respeito a um pedido de autorização. Por questões de tesouraria e visto que alguns clientes se atrasam no pagamento dos resíduos que depositam na TERAMB, neste

final do ano é necessário efetuar um empréstimo a curto prazo para pagamento de vencimentos a funcionários e fazer face a algum material que seja necessário comprar para a TERAMB. Este empréstimo terá que ser pago até 31 de dezembro.

O ponto 1.12 tem a ver com o fiscal único da TERAMB, que propõe a designação da mesma empresa, a «HB SVTM – Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados SROC», que tem vindo a fiscalizar as contas da empresa intermunicipal.

O ponto 1.13 é para conhecimento do relatório de contas do 3.º trimestre da TERAMB. Apesar de os documentos terem sido distribuídos pelos senhores membros da Assembleia Municipal, gostaria de referir que o ativo da TERAMB ascende a mais de 31 000 000,00 € com um passivo que totaliza os 5 364 000,00 €. O resultado líquido positivo é de, aproximadamente, 781 000,00 €.

1.8 – Ent. 29885 - Tarifário da TERAMB, EM, para 2026. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (72/2025/AMAH).

1.9 – Ent. 29889 - Plano de Atividades e Orçamento da TERAMB, EM, para 2026. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

A Assembleia Municipal aprovou o Plano de Atividades e Orçamento da TERAMB para 2026, por maioria, com 35 votos a favor, sendo 24 do Partido Socialista e 11 do Partido Social Democrata, e 4 abstenções, sendo 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (73/2025/AMAH).

1.10 – Ent. 29892 - Minuta de contrato programa entre a TERAMB, EM, e os municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, para 2026. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

A Assembleia Municipal aprovou a minuta de contrato programa em causa, por maioria, com 35 votos a favor, sendo 24 do Partido Socialista e 11 do Partido Social Democrata e 4 abstenções, sendo 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (74/2025/AMAH).

1.11 – Ent. 29888 - Pedido da TERAMB, EM, para contração de um empréstimo de curto prazo, cujo objetivo é a antecipação de receitas ou fundo de maneo de tesouraria, no montante de 250 000,00 €. Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea e) n.º 2, artigo 12.º dos estatutos daquela empresa.

A Assembleia Municipal aprovou a minuta de contrato programa em causa, por maioria, com 35 votos a favor, sendo 24 do Partido Socialista e 11 do Partido Social Democrata e 4 abstenções, sendo 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (75/2025/AMAH).

1.12 – Ent. 29920 – Proposta de designação do Fiscal Único da TERAMB, EM – Teresa Maria da Cunha Soares Martins, em representação de HB SVTM – Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados SROC, Lda. e João Trigo de Moraes, para o cargo de Fiscal Suplente. Para designação pelo órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal aprovou a minuta de contrato programa em causa, por maioria, com 35 votos a favor, sendo 24 do Partido Socialista e 11 do Partido Social Democrata e 4 abstenções, sendo 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (76/2025/AMAH).

1.13 – Ent. 29865 - Relatório de Gestão e Contas da TERAMB, EM, relativo ao 3.º trimestre de 2025. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (77/2025/AMAH).

Sra. presidente da Câmara – Peço autorização para apresentar em conjunto os pontos: 1.14, 1.15, 1.16 e 1.17.

Questionados pelo senhor presidente da Mesa, nada a opor da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sra. presidente da Câmara – O ponto 1.14 é a minuta do contrato que vamos celebrar com as juntas de freguesia para 2026 referente às questões de limpeza urbana, da orla costeira, e de linhas de água, assim como a manutenção do mobiliário urbano, das zonas balneares, dos parques infantis e de campismo, além da realização de pequenas reparações na rede escolar. Trata-se do contrato interadministrativo anual referente à delegação de competências que teve o aumento dos 2 % há pouco referido.

O ponto 1.15 refere-se ao contrato de delegação de competências nas juntas de freguesia no valor de 20 000,00 € inicialmente definido para projetos específicos das freguesias, cujo prazo de apresentação de candidaturas terminou ontem.

O ponto 1.16 diz respeito ao contrato programa de cooperação financeira com as juntas de freguesia para apoio às inumações. Sendo os cemitérios da responsabilidade das juntas de freguesia, a Câmara Municipal concede um apoio de cinquenta euros por cada inumação.

No ponto 1.17 temos o contrato de cooperação financeira celebrado com as juntas de freguesia relacionado com investimentos da Câmara Municipal, cuja execução é delegada nas juntas de freguesia.

1.14 – Int. 39430 - Delegação de competências nas juntas de freguesia – contratos interadministrativos – mandato 2025/2029. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do art.º 121º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Aprovado por unanimidade. (78/2025/AMAH).

1.15 – Int. 39436 – Delegação de competências nas juntas de freguesia – projetos específicos das freguesias – mandato 2025/2209. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do art.º 121º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Aprovado por unanimidade. (79/2025/AMAH).

1.16 – Int. 39452 – Contratos-programa de cooperação financeira com as juntas de freguesia – apoio a inumações nos cemitérios das freguesias – mandato 2025/2029. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos conjugados do artigo 33.º, n.º 1, alínea o) com o artigo 25.º, n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Aprovado por unanimidade. (80/2025/AMAH).

1.17 – Int. 39457 – Contratos-programa de cooperação financeira com as juntas de freguesia – mandato de 2025/2029. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos conjugados do artigo 33.º, n.º 1, alínea o) com o artigo 25.º, n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Aprovado por unanimidade. (81/2025/AMAH).

1.18 – Int. 40290 - Listagem dos processos de execução plurianual que foram objeto de autorização prévia genérica. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sra. presidente da Câmara – Enviámos através da «nuvem», a lista de compromissos plurianuais objeto de autorização prévia genérica, elencando todos os investimentos cuja maior parte se iniciou em 2025, sendo que alguns terminarão em 2026 e outros em 2028. Penso não haver necessidade de referir em pormenor esses mesmos investimentos, já que os documentos se encontram na posse dos senhores membros da Assembleia Municipal para apreciação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (82/2025/AMAH).

1.19 – Int. 40267 – Listagem das quotizações e assinaturas para o ano de 2026. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sra. presidente da Câmara – São apresentadas a esta Assembleia Municipal para conhecimento, as quotas que este município paga anualmente a diversas entidades, a saber: a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a GRATER, a Organização das Cidades Património Mundial, a Associação Nacional de Assembleias Municipais, a UCCLA, o Diário Insular, o Açoriano Oriental e a ANACOM.

Sr. d. m. Délio Borges – Penso que decorreu nos últimos dias um congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses com a eleição de novos órgãos. Pergunto se a Câmara

Municipal de Angra do Heroísmo esteve presente neste mesmo congresso, se integrará os órgãos desta associação e se a senhora presidente da Câmara nos pode fazer um ponto da situação acerca das questões da ordem do dia no âmbito da gestão autárquica, que terão eventualmente sido discutidas no referido congresso.

Sra. presidente da Câmara – Não pude estar presente nesse congresso por estar em São Miguel, mas a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo esteve representada pelo senhor vice-presidente Guido Teles juntamente com a senhora presidente da Junta de Freguesia do Porto Judeu, Honória Leandro. Peço ao senhor presidente da Mesa que passe a palavra ao senhor vice-presidente Guido Teles para nos prestar informações sobre o assunto.

Sr. vereador Guido Teles – Fizemos questão de marcar a nossa presença neste congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses que ocorreu este fim de semana em Viana do Castelo, onde foram debatidas ao nível nacional, matérias de interesse para os municípios. O senhor presidente da Câmara Municipal do Pombal foi eleito presidente da ANMP, tendo a senhora presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, sido eleita membro suplente do Conselho Geral.

A grande maioria dos assuntos tratados neste congresso foram as dificuldades que os municípios estão a atravessar, sobretudo no continente português, devido ao processo das transferências de competências. Os intervenientes neste congresso manifestaram a sua preocupação com a insuficiência de verbas que são transferidas pelo Governo da República para as autarquias com vista ao cumprimento das competências que lhes foram transferidas.

O financiamento local foi um tema que ocupou uma boa parte do debate neste congresso da ANMP. Apesar de não ter ainda uma aplicabilidade direta nos municípios das duas regiões autónomas, implica competências bastante complexas, sobretudo na área social e da educação, sendo que a ampliação das áreas de atuação leva a um aumento das exigências do trabalho diário dos municípios do continente.

Foram feitas neste congresso, algumas propostas da parte da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que serão agora debatidas com o Governo da República no sentido de se proceder a um ajustamento dos critérios de financiamento local. Foram ainda discutidas outras matérias como a necessidade de revisão do estatuto dos eleitos locais, visando melhores condições para o exercício dos respetivos cargos, não só no que respeita às remunerações associadas, mas também à fiscalização do trabalho que é feito pelos municípios.

Foi ainda proposta pela ANMP, a criação de uma entidade fiscalizadora da atuação e gestão financeira dos municípios no todo nacional, um assunto que mereceu a atenção dos vários intervenientes neste congresso. Segundo o que foi possível perceber das várias intervenções, sobretudo do senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, que também esteve presente neste congresso, foi manifestada uma abertura da parte do Governo da República para a criação desta entidade com o fim específico da fiscalização da atividade municipal.

Neste congresso falou-se também de financiamento e descentralização. Através da nossa presença no Conselho Geral, embora como membros suplentes, teremos a oportunidade de

participar em algumas reuniões e acompanhar os trabalhos realizados durante este mandato, mantendo o contacto com os membros efetivos que foram eleitos, alguns deles presidentes de câmaras municipais da região autónoma dos Açores: o senhor presidente da Câmara Municipal da Horta, a senhora presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto e a senhora presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Sra. d. m. Honória Leandro (presidente da J. F. do Porto Judeu) – Como disse o senhor vice-presidente Guido Teles, neste congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses procedeu-se à votação para a eleição dos titulares dos órgãos e falou-se da autonomia dos municípios, da descentralização de competências e da necessidade de uma nova lei de financiamento, além da importância da proximidade do poder local às suas comunidades. Ouvei um senhor presidente de junta de freguesia falar das suas várias competências ao nível social, dos transportes, etc., um assunto que abordei com o senhor vice-presidente da Câmara Municipal de Angra, Guido Teles. É importante ouvir outras realidades e ficarmos a par do que se passa noutros municípios.

Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem constante no ponto 1.19. (83/2025/AMAH).

1.20 – Ent. 30107 - Comunicação da Vaz Santos & Trigo Morais – SROC, remetendo o relatório semestral sobre o trabalho de auditoria às contas do município de Angra do Heroísmo. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sra. presidente da Câmara – Passo a ler um parágrafo relativamente curto da página 18 do documento: «*O município cumpre com o disposto no ponto 283 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro referente à implementação de um sistema de contabilidade de custos. Obtivemos o balancete da contabilidade analítica e procedemos à verificação da sua conformidade com a demonstração de resultados por natureza. As diferenças apuradas são imateriais.*» Há aqui um parecer favorável às contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo relativas a este semestre.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (84/2025/AMAH).

2. DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

Sr. presidente da Mesa – Passamos a uma segunda fase da nossa reunião que tem a ver com a designação de representantes em várias comissões onde a Assembleia Municipal tem assento. Esperamos que seja a última vez que tenhamos que votar usando estes papelinhos, porque contamos ter em breve a possibilidade do voto eletrónico.

2.1 – Ent. 30748 - Designação de três membros da Assembleia Municipal, eleitos segundo o método de Hondt e de dois presidentes de junta de freguesia, a fim de integrarem o Conselho Local de Educação. Para designação do órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

Após votação por escrutínio secreto, foram eleitos por maioria:

– Três membros da Assembleia Municipal:

- **Cláudia Alexandra Coelho Cardoso.**
- **Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio.**
- **Rogério Paulo Nogueira e Sousa.**

– Dois presidentes de junta de freguesia:

- **Carla Sofia Linhares Cipriano.**
- **Marco Paulo Rocha.**

(85/2025/AMAH).

2.2 – Ent. 30746 - Designação de um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na mesma, bem como três representantes, com idade até aos 35 anos, residentes no Município, a fim de integrarem o Conselho Municipal da Juventude. Para designação do órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

Após votação por escrutínio secreto, foram eleitos por maioria:

– Membros da Assembleia Municipal:

- **Rita Belo Santos.**
- **Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves.**
- **Vítor Bruno Costa Pereira.**
- **José Macedo Rodrigues Bernardo.**

– Três representantes residentes no município:

- **Luís Cláudio Couto Lopes.**
- **Chantell Loureiro Pacheco.**
- **João Pereira Bettencourt.**

(86/2025/AMAH).

2.3 – Ent. 30747 - Designação de um representante das juntas de freguesia, a fim de integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil. Para designação do órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

Após votação por escrutínio secreto, foi eleito por maioria:

– Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara:

- **Paulo Alexandre Ávila Fagundes.**

(87/2025/AMAH).

2.4 – Designação de um representante das juntas de freguesia, a fim de integrar o conselho consultivo do Parque Natural da Terceira. Para designação do órgão deliberativo, por

escrutínio secreto.

Após votação por escrutínio secreto, foi eleito por maioria:

- Presidente da Junta de Freguesia da Vila do Porto Judeu:
- **Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço.**

(88/2025/AMAH).

2.5 – Designação de dois representantes da Assembleia Municipal, a fim de integrarem o conselho consultivo da Unidade de Saúde da Ilha Terceira. Para designação do órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

Após votação por escrutínio secreto, foram eleitos por maioria:

- **Marília Margarida Enes Garcia de Vargas.**
- **André Melo Castro.**

(89/2025/AMAH).

2.6 – Proposta no sentido de ser aprovada a constituição de um grupo de trabalho para efeitos de revisão ao Regimento da Assembleia Municipal. Para aprovação do órgão deliberativo.

A proposta foi aprovada por unanimidade, tendo o grupo ficado constituído pelos seguintes membros da Assembleia:

- Do Partido Socialista:
 - **José Miguel de Freitas Toste.**
 - **Hélio António Guerrinha Ávila.**
 - **Tânia Gil da Rocha Lemos.**
- Do Partido Social Democrata:
 - **Délio Francisco Freitas Ormonde Borges.**
- Do CDS-PP:
 - **Michéle Soveta Aguiar.**
- Do Partido CHEGA:
 - **José Macedo Rodrigues Bernardo.**

O mesmo grupo de trabalho será presidido pelo Presidente da Assembleia Municipal.
(90/2025/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – O objetivo é termos rapidamente introduzidas as alterações ao regimento, que pouco têm a ver com o funcionamento da Assembleia Municipal. Durante os doze anos em que presidi a esta Câmara Municipal, tudo correu bem com o regimento em

vigor, que continua a ser perfeitamente aplicável; contudo, em 2013 foi publicada legislação que alterou as competências da Assembleia Municipal e o nosso regimento não está totalmente conforme com o que está legalmente estabelecido.

Fiquei com o encargo de apresentar uma proposta, que o grupo debaterá introduzindo as alterações que entender, sendo que o artigo 40.º do regimento em vigor diz que todas as alterações terão que ser aprovadas por 2/3 (dois terços). Este grupo de trabalho terá que finalizar os trabalhos a tempo de podermos apresentar a proposta na próxima sessão da Assembleia Municipal de fevereiro.

3. DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS, PSD, CDS-PP E DO DEPUTADO MUNICIPAL DO CHEGA:

3.1 – Voto de Congratulação a Joana Flores e Cristiana Costa pela conquista do título de campeãs da Europa de 2025 na modalidade de Futebol de Praia. Para votação do órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

O senhor deputado municipal Paulo Fagundes procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A Joana Flores e Cristiana Costa, pela conquista do título de campeãs da Europa de 2025, na modalidade de futebol de praia.

Decorreu entre os dias 9 a 14 de setembro, em Itália, a Liga Europeia Feminina em Futebol de Praia.

A Equipa das Quinas foi a grande vencedora da competição, tendo alcançado a vitória no jogo da final, por 4-2, diante da congénere espanhola.

Para o sucesso desta conquista, muito contribuíram as prestações das atletas terceirenses, Cristiana Costa e Joana Flores.

Cristiana Sousa Costa, nasceu a 06 de setembro de 1994, sendo natural da freguesia da Terra-Chã. Desde muito jovem pratica desporto federado em modalidades como o basquetebol, o futsal e o futebol de praia. Conta com 36 internacionalizações, sendo 35 pela Seleção A de Futebol de Praia (contando com 10 golos marcados) e 1 internacionalização pela Seleção A de Futsal Feminino, a 20 de fevereiro de 2018, num jogo contra a seleção ucraniana realizado no Pavilhão Municipal de Angra do Heroísmo.

Por sua vez, nascida a 08 de outubro de 1989, Joana Amaral Flores é natural da Vila de São Sebastião. Praticante de atletismo federado, mas também de desportos coletivos como o futsal e o futebol, foi no futebol de praia que alcançou o sucesso mais recente. Já vestiu a camisola de Portugal por 39 ocasiões, todas com a Seleção A de Futebol de Praia Feminino, a primeira delas a 09 de setembro de 2021. Conta com 15 golos marcados, 4

deles na Liga Europeia, tendo sido agraciada com o galardão de melhor marcadora da fase final da prova.

Muito pelo contributo destas duas angrenses, Portugal inscreveu, assim, o seu nome na tabela das seleções Campeãs da Europa.

Assim, os Grupos Municipais do PS, PSD, CDS-PP e CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um Voto de Congratulação às atletas Joana Flores e Cristiana Costa, pela conquista do título de campeãs da Europa de 2025 na modalidade de Futebol de Praia.

Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2025.

Os Grupos Municipais: PS, PSD, CDS-PP e CHEGA.

Sr. d. m. André Castro – O grupo municipal do CDS-PP associa-se a este e aos seguintes Votos de Congratulação, registando que é sempre com muita satisfação que assistimos ao sucesso dos jovens terceirenses, que muito nos orgulham, e com estes resultados projetam o nosso concelho e a nossa ilha pelo mundo fora. Da nossa parte, é sempre digno registar estes feitos únicos que os nossos jovens alcançam. Apesar de residentes numa ilha, é sinal que não há limites e se pode atingir outros patamares.

Sra. d. m. Márcia Martins – Boa tarde senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores presidentes de juntas de freguesia.

O grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo associa-se ao presente Voto de Congratulação às atletas Joana Flores e Cristiana Costa, naturais da ilha Terceira, pelo notável percurso desportivo que têm vindo a desenvolver e pela conquista este ano, do título de campeãs europeias de Futebol de Praia ao serviço da Seleção Nacional Feminina, representando Portugal nas mais altas competições internacionais.

Enquanto filhas desta terra, Joana Flores e Cristiana Costa levaram o nome de Angra do Heroísmo e da ilha Terceira além-fronteiras, afirmando-se através do talento, trabalho, dedicação e espírito de sacrifício, valores que dignificam o desporto e constituem um legítimo motivo de orgulho para toda a comunidade terceirense.

Após votação por escrutínio secreto, o voto foi aprovado por unanimidade. (91/2025/AMAH).

3.2 – Voto de Congratulação a Isabel Godinho pelo 1.º lugar no Campeonato Nacional de Dressage. Para votação do órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Marília Vargas procedeu à leitura do voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A Isabel Godinho pelo título de Campeã Nacional Dressage Póneis.

Isabel Ortins Godinho Pacheco Amaral, nasceu a 22 de Abril de 2013, em Angra do Heroísmo. Desde muito cedo revelou uma personalidade forte e bem definida. Sempre foi uma criança extremamente determinada, curiosa, observadora e muito comunicativa, demonstrando uma maturidade e independência invulgares para a sua idade. Sempre lutou pelos seus objetivos com empenho, convicção e sentido de responsabilidade.

O seu percurso escolar iniciou-se no Colégio de Santa Clara, onde desde cedo se destacou como uma excelente aluna, reconhecida não apenas pelo seu desempenho académico, mas também pela sua postura responsável, solidária e sempre pronta a ajudar os outros. Concluiu o 6.º ano de escolaridade este ano, integrando o quadro de excelência da Escola. Frequenta atualmente o 7.º ano de escolaridade na Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade.

No plano desportivo, após experimentar diversas modalidades, foi na equitação que encontrou a sua verdadeira paixão. Iniciou este percurso em 2022, com 8 anos, no Centro Hípico da Ilha Terceira, beneficiando do excelente trabalho desenvolvido pelos seus treinadores e pela Direção do Centro Hípico. Em 2023 foi apurada para o seu primeiro Campeonato Nacional Dressage Póneis, voltando a ser apurada novamente no ano seguinte, e em 2025 alcançou um dos pontos mais altos do seu percurso ao sagrar-se Campeã Nacional Dressage Póneis Iniciados, prova que decorreu em Aveiro a 29 e 30 de novembro. Este título foi conquistado com particular mérito após superar um problema de saúde ocorrido dias antes da prova, demonstrando uma notável força de vontade e determinação.

Assim, os Grupos Municipais do PS, PSD, CDS-PP e CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um Voto de Congratulação a Isabel Ortins Godinho Pacheco Amaral pelo título de Campeã Nacional na modalidade Dressage Póneis.

Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2025.

Os Grupos Municipais: PS, PSD, CCDS-PP e CHEGA.

Sra. d. m. Chantell Pacheco – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de juntas de freguesia. Desejo a todos um bom mandato e anos prósperos para a cidade de Angra do Heroísmo.

O grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo associa-se a este Voto de Congratulação, considerando o seu resultado de extrema importância para a nossa cidade. As suas consequências dão destaque ao nosso concelho, à ilha Terceira e à região autónoma dos Açores.

Dou também os parabéns à atleta Isabel Godinho pelo 1.º lugar alcançado no Campeonato de Dressage Póneis, assim como às restantes atletas que mostram que o nosso município é um palco de talentos do nosso país.

Após votação por escrutínio secreto, o voto foi aprovado por unanimidade. (92/2025/AMAH).

3.3 – Voto de Congratulação a Edson Monteiro e Leonor Silva pelos resultados obtidos no Circuito Ibérico de Dança. Para votação do órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

O senhor deputado municipal José Toste apresentou o voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Edson Dori Vicente Monteiro, nascido a 29 de julho de 2006, e Leonor Pereira da Silva, nascida a 3 de novembro de 2008, ambos naturais de Angra do Heroísmo, são alunos da Escola Secundária Tomás de Borba, onde frequentam o 12.º ano de escolaridade, distinguindo-se pelo seu empenho, dedicação e sentido de responsabilidade.

O Edson iniciou a prática da dança desportiva no Clube Desportivo C. C. do Posto Santo em 2015, em pares, e a Leonor em 2017, em grupo, tendo ambos revelado desde cedo grande aptidão para a modalidade. Em 2024 formaram parceria, demonstrando desde então uma evolução consistente e sustentada enquanto atletas.

Sob a orientação dos seus treinadores, João e Marina Lopes, Edson Monteiro e Leonor Pereira da Silva dedicam-se a esta modalidade com determinação, resiliência e elevado espírito de sacrifício, constituindo um exemplo inspirador para as camadas mais jovens.

Ao longo do seu percurso, têm vindo a somar diversas medalhas em campeonatos regionais e nacionais, destacando-se, em 2025, a conquista do **3.º lugar na Taça de Portugal**, na disciplina de **Standard**, bem como a obtenção do **1.º lugar na disciplina de Standard** e do **2.º lugar na disciplina de Latinas** no **Circuito Ibérico de Adultos Open**.

As provas do Circuito Ibérico decorreram nos dias **5 de abril, em Óbidos, 8 de junho, no Funchal, 18 de outubro, em Vila Nova de Gaia, e 30 de novembro, em Guadalajara, Espanha**, levando o nome do concelho e da Região além-fronteiras, com elevado mérito e dignidade.

A Assembleia Municipal congratula-se pelos resultados alcançados, reconhecendo o esforço, a dedicação e o talento destes jovens atletas, e formula votos de continuados sucessos pessoais, académicos e desportivos.

Assim, os Grupos Municipais do PS, PSD, CDS-PP e CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um Voto de Congratulação aos desportistas **Edson Monteiro e Leonor Silva, pela sua meritória participação e pelos excelentes resultados alcançados no Circuito Ibérico de Standard e Latinas de Dança Desportiva, no escalão de Adultos Open**.

Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2025.
Os Grupos Municipais: PS, PSD, CDS-PP e CHEGA.

Sra. d. m. Márcia Martins – O grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo associa-se ao presente Voto de Congratulação aos atletas Edson Monteiro e Leonor Silva, naturais da ilha Terceira, pelo percurso de excelência na modalidade da Dança Desportiva, nomeadamente pela sua participação em competições de grande exigência, incluindo o Campeonato do Mundo das Dez Danças no escalão de Sub-21 realizado em 2025 em Vila Nova de Famalicão, onde representaram com distinção as cores de Portugal em cenário internacional.

A dupla tem também competido com sucesso em provas do Circuito Ibérico de Dança, refletindo, não só o seu elevado nível técnico, mas também o compromisso com a modalidade e a experiência competitiva adquirida na arena desportiva ibérica.

Importa ainda destacar que, nos campeonatos nacionais, Edson Monteiro e Leonor Silva representaram a Academia Rítmica da Ilha Terceira, instituição de referência na formação de atletas de dança desportiva no nosso concelho onde desenvolveram as bases do seu percurso competitivo e muito têm contribuído para o crescimento desta modalidade na ilha Terceira.

Após votação por escrutínio secreto, o voto foi aprovado por unanimidade. (93/2025/AMAH).

3.4 – Voto de Congratulação pelos 25 anos do Centro Cultural, Social e Recreativo de Nossa Senhora da Piedade das Bicas de Cabo Verde.

O senhor deputado municipal João Enes apresentou o voto em epígrafe:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelo 25.º aniversário do Centro Cultural, Social e Recreativo de Nossa Senhora da Piedade – Bicas de Cabo Verde.

Fundado em 1990, fruto da iniciativa de um grupo de cidadãos que identificou a necessidade de criar um espaço de encontro e partilha para crianças e jovens da freguesia, concretamente no lugar das Bicas de Cabo Verde, o Centro nasceu da vontade coletiva e da mobilização comunitária. Desde os primeiros passos, angariação de fundos, aquisição de terrenos e construção das instalações, até à inauguração oficial no ano 2000, foi sempre marcado pela perseverança, pelo espírito de entreatajuda e pela dedicação dos seus fundadores e associados.

Ao longo destes 25 anos, o Centro tem sabido afirmar-se como referência na dinamização cultural e social da freguesia, promovendo atividades recreativas, educativas e de apoio à comunidade. Particular destaque merece o funcionamento do ATL – Atividades de Tempos

Livres, que tem proporcionado às crianças um espaço seguro, educativo e enriquecedor, apoiando as famílias e contribuindo para a formação integral das novas gerações.

A sua ação estendeu-se também à promoção de cursos de formação, atividades culturais e recreativas, torneios de jogos tradicionais e projetos musicais, fortalecendo os laços comunitários e preservando a identidade cultural. Recentemente, foram realizadas obras de melhoria e aquisição de novos equipamentos, demonstrando a capacidade de adaptação e renovação da instituição.

Nestes 25 anos, o Centro Cultural, Social e Recreativo de Nossa Senhora da Piedade tem contribuído para o fortalecimento da cidadania ativa e para a construção de uma comunidade mais coesa e solidária, sendo justo que esta Assembleia reconheça e enalteça o mérito da sua ação.

A Assembleia Municipal congratula-se pela trajetória exemplar da instituição, reconhecendo o trabalho, a dedicação e o talento dos seus dirigentes, associados, colaboradores e utentes, e formula votos de renovado entusiasmo e sucesso futuro.

Assim, os Grupos Municipais do PS, PSD, CDS-PP e CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um Voto de Congratulação. Será dado conhecimento deste Voto de Congratulação, ao Presidente da Assembleia Geral e Direção do Centro Cultural, Social e Recreativo de Nossa Senhora da Piedade.

Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2025.
Os Grupos Municipais: PS, PSD, CDS-PP e CHEGA.

Sr. d. m. Délio Borges – O grupo municipal do PSD associa-se a este Voto de Congratulação pelas bodas de prata do Centro Cultural, Social e Recreativo de Nossa Senhora da Piedade das Bicas de Cabo Verde, saudando os seus órgãos diretivos, os trabalhadores e os sócios, valorizando as valências desta IPSS, nomeadamente o centro de convívio e o ATL.

Sr. d. m. André Castro – O grupo municipal do CDS-PP associa-se a este Voto de Congratulação com muita satisfação, felicitando esta associação por este bonito marco da sua história. Damos os parabéns ao Centro Cultural, Social e Recreativo de Nossa Senhora da Piedade das Bicas de Cabo Verde e aos seus dirigentes. Tendo em conta os tempos difíceis que vivemos, é de louvar a diferença que esta associação faz na vida das pessoas.

O voto foi aprovado por unanimidade. (94/2025/AMAH).

3.5 – Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Alexandre Muge Lima. Para votação do órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Marília Vargas procedeu à apresentação do voto em epígrafe:

VOTO DE PESAR:

Pelo falecimento de Carlos Alexandre Muge Lima.

Natural de Angola, o Dr. Carlos Lima concluiu a sua formação médica em 1980 na Universidade do Porto, dando início a um percurso profissional de grande relevo. Especialista em Radiologia, afirmou-se como uma referência incontornável no Serviço Regional de Saúde dos Açores, onde exerceu funções com elevado profissionalismo, dedicação exemplar e notável sensibilidade humana.

Ao longo de mais de 16 anos, desempenhou as funções de Diretor do Serviço de Imagiologia do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, deixando escola na qualidade dos cuidados de saúde prestados, bem como na formação e valorização de sucessivas gerações de profissionais.

O seu percurso profissional foi pautado por um compromisso inabalável com o serviço público, integrando igualmente a Comissão de Catástrofe do hospital, tendo-se reformado no ano de 2022.

Médico respeitado e estimado por todos quantos com ele privaram, a sua ausência será profundamente sentida, permanecendo, contudo, a memória de um profissional exemplar e de um homem de elevados valores humanos.

Assim, os Grupos Municipais do PS, PSD, CDS-PP e CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Carlos Alexandre Muge Lima.

Delibere-se ainda o envio deste voto à família enlutada, ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, à Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social e à Ordem dos Médicos, como testemunho da nossa gratidão e reconhecimento.

Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2025.

Os Grupos Municipais do PS, PSD, CDS-PP e CHEGA.

Sra. d. m. Nídia Inácio – O grupo municipal do Partido Social Democrática manifesta de forma pública e solene a sua associação ao Voto de Pesar apresentado pelo Partido Socialista, lamentando profundamente o falecimento do doutor Carlos Lima, médico do HSEIT (Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira).

Que a memória do doutor Carlos Lima inspire todos os profissionais e cidadãos a continuarem a sua missão de cuidado e serviço ao próximo.

O grupo municipal do PSD endereça sinceras condolências à família, amigos e colegas do doutor Carlos Lima, expressando solidariedade e respeito e reiterando o reconhecimento pelo legado que deixa na área da saúde.

Sra. d. m. Michéle Aguiar – O grupo municipal do CDS-PP associa-se ao presente Voto de Pesar, uma vez que o doutor Carlos Lima foi fundamental para o nosso hospital enquanto diretor do Serviço de Imagiologia, uma pessoa muito estimada e respeitada por todos, sejam colegas, utentes ou qualquer trabalhador do hospital.

Após votação por escrutínio secreto, o voto foi aprovado por unanimidade. (95/2025/AMAH).

4. DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS, CDS-PP E DO DEPUTADO MUNICIPAL DO CHEGA:

4.1 – Voto de Protesto ao Governo Regional pela falta de acessibilidades à ilha Terceira. Para votação do órgão deliberativo.

O senhor deputado municipal José Toste apresentou o voto em epígrafe:

VOTO DE PROTESTO AO GOVERNO REGIONAL.

FALTA DE ACESSIBILIDADES À ILHA TERCEIRA:

Sr. d. m. José Toste – Aproveito para dar alguma solenidade a este Voto de Protesto que será apresentado, tendo em conta a sua importância para o futuro do nosso concelho e para o desenvolvimento da nossa ilha. Este é um Voto de Protesto ao Governo Regional, que tem por fundamento a falta de acessibilidades à ilha Terceira.

Considerando que a Azores Airlines, empresa do Grupo SATA e participada pelo Governo Regional dos Açores, anunciou publicamente um reforço da operação aérea para o período do Natal e do Ano Novo, acrescentando milhares de lugares nas ligações entre o continente português e o arquipélago dos Açores, excluindo, em termos práticos, a ilha Terceira desse reforço;

Considerando que o referido reforço contemplou diversas ilhas dos Açores, deixando injustificadamente de fora a ilha Terceira, a segunda maior economia do arquipélago e um polo que deveria ser considerado como determinante da coesão regional;

Considerando que essa exclusão ocorre num período tradicionalmente marcado por um aumento significativo da mobilidade de passageiros, nomeadamente, estudantes deslocados, famílias e residentes, que dependem do transporte aéreo para garantir o

direito à mobilidade e à unidade familiar, assim como, de importantes fluxos turísticos nacionais e internacionais;

Considerando que a concentração reiterada da mobilidade aérea em apenas uma ilha contribui para o agravamento das assimetrias internas da região, enfraquece o papel estruturante da ilha Terceira e contraria os princípios da coesão económica, social e territorial;

Considerando que a falta de acessibilidades aéreas adequadas tem impactos diretos e negativos nas famílias, nas empresas, no setor do turismo, na atração de investimento e no regular funcionamento das instituições sediadas na ilha Terceira;

Os grupos municipais do PS e do CDS-PP, bem como o deputado municipal eleito pelo Partido CH vêm, através da propositura do presente voto, na esperança de que o mesmo se transforme numa posição coesa e unânime da Assembleia Municipal, manifestar a sua profunda preocupação e indignação com a falta de acessibilidades aéreas à ilha Terceira, situação acentuada no período da época alta do Natal e do Ano Novo, penalizando injustamente a população terceirense, as famílias e as empresas.

O Governo Regional dos Açores através da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, doutora Berta Cabral, deve assumir uma política de acessibilidades que assegure a equidade entre todas as ilhas, garantindo à população terceirense, condições justas de mobilidade, em particular nos períodos de maior procura, o que infelizmente, como demonstram as práticas reiteradas da tutela sectorial, até à presente data, não se tem verificado.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os subscritores do presente voto propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação do presente Voto de Protesto ao Governo Regional pela limitação de acessibilidades aéreas à ilha Terceira decorrente da não inclusão da ilha no reforço da operação aérea da Azores Airlines na época do Natal e do Ano Novo, manifestando desta forma o desagrado do município de Angra do Heroísmo para com atuações que limitam gravemente o seu potencial de desenvolvimento.

Do presente Voto de Protesto, deve ser dado conhecimento ao Governo Regional dos Açores, ao Grupo SATA e ao Conselho de Ilha da Terceira.

Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2025.

Os subscritores:

Grupos Municipais do PS, PSD, CDS-PP e CHEGA.

Sr. d. m. Paulo Chaves – Antes da declaração de voto, numa declaração de interesses e de acordo com o que foi anteriormente articulado com os grupos municipais do Partido Socialista e do CDS-PP, gostaria de saber, da parte do senhor presidente da Mesa, se será possível ao grupo municipal do PSD, apresentar, numa futura sessão da Assembleia Municipal, um requerimento à administração da SATA.

Considero manifestamente excessivo que o grupo municipal do PSD se associe a um Voto de Protesto apenas com os dados que são conhecidos. Até agora, o grupo municipal do PSD não viu, em números concretos, essa tal discriminação negativa à ilha Terceira, e parece haver aqui uma certa articulação, já que ontem aconteceu o mesmo na Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

É preciso ter coragem para dizer isto e desmistificar a questão: «Ou votas a favor de um Voto de Protesto de algum partido, ou estás contra a ilha Terceira.» Isto é manifestamente excessivo e falso, já que este grupo municipal, assim como o PSD em particular, sempre defendeu os interesses dos terceirenses nos locais próprios.

Neste caso concreto e estando bem representados, gostaria de saber se, num futuro próximo, será possível apresentar um debate sobre esta matéria no local próprio, que é a Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

O PSD não se vai associar, abstendo-se na votação deste Voto de Protesto, porque achamos que o mesmo deveria destinar-se à administração da SATA e não ao Governo Regional dos Açores. Repito que precisamos de dados concretos, absolutos e fundamentados, aos quais ainda não tive acesso.

Sr. presidente da Mesa – Respondendo à questão dos requerimentos, o artigo 31.º do nosso regimento diz que os requerimentos são apresentados por escrito e dirigidos à Mesa da Assembleia Municipal, respeitantes a processos e assuntos do funcionamento da sessão. O requerimento será aceite pela Mesa, embora esta Assembleia esteja essencialmente voltada para o funcionamento dos serviços municipais. Podemos receber o requerimento e enviá-lo-emos, contudo a resposta será facultativa porque não há nenhuma obrigação do Grupo SATA ou de outra qualquer entidade externa em fazê-lo. O requerimento será aceite, façam o favor de o fazer cá chegar.

Sr. d. m. André Castro – É com satisfação que o grupo municipal do CDS-PP regista o regresso deste assunto a esta Assembleia Municipal, mais uma oportunidade para expormos o nosso ponto de vista.

Debatemos novamente hoje aqui a falta de mais e melhores acessibilidades, um tema que tem sido um verdadeiro desígnio para a nossa ilha na última década. Há, pelo menos dez anos, que os terceirenses e os angrenses em particular manifestam a sua insatisfação relativamente às condições das acessibilidades aéreas à ilha Terceira, com as dificuldades e prejuízos que daí advêm.

Quero destacar que o CDS-PP Terceira estará presente na defesa dos interesses da ilha – como sempre o fez – uma marca distintiva da nossa atuação política nos últimos anos: coerência, persistência e o compromisso com os terceirenses, independentemente da cor política do Governo Regional dos Açores.

É importante salientar que a discussão deste tema não assenta na obtenção de mais privilégios do que as outras ilhas, mas também não podemos aceitar que a ilha Terceira disponha de menos do que a sua capacidade e potencial justificam. É por estas razões e com sentido de responsabilidade institucional, que o grupo municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo se associa e acompanha este Voto de Protesto hoje aqui apresentado. Temos a firme convicção que esta é uma reivindicação justa e absolutamente necessária para o futuro do nosso concelho e da ilha Terceira, assim como para as restantes ilhas do grupo central, considerando que o aeroporto das Lajes é uma porta de entrada para estas ilhas.

Não podemos deixar de sublinhar a preocupação recente do Partido Socialista – a segunda em três anos – relativamente a esta falta de acessibilidades à ilha Terceira, uma posição que nunca foi assumida de forma pública e consequente, seja através do próprio Partido Socialista ou através do executivo desta Câmara Municipal durante os longos anos em que o mesmo governou os Açores, apesar de se tratar de uma situação já por demais evidente naquela época e alertada por diversas vezes pelo CDS-PP Terceira e a nível Açores, sempre desvalorizada e por vezes ignorada, criando imensos constrangimentos aos terceirenses no acesso a voos para o exterior.

Recordo que foi o grupo municipal do CDS-PP de Angra do Heroísmo que deu início à discussão desta temática nesta Assembleia Municipal em 2018 através da apresentação de um Voto de Protesto com uma reivindicação semelhante, tendo conseguido a conciliação de todos os grupos aqui representados, que culminou na apresentação de um documento conjunto com reivindicações ao Governo Regional de então.

Devo dizer que o CDS-PP da ilha Terceira, através do seu presidente da comissão política, doutor Artur Lima, tem sido uma voz muito ativa sobre esta problemática, vindo a alertar insistentemente para as consequências socioeconómicas de um sistema de transportes e mobilidade que está longe de corresponder às necessidades dos terceirenses e do tecido empresarial da nossa ilha. A prova disso é o histórico do CDS-PP sobre este assunto como, por exemplo, a apresentação de diversas reivindicações no passado por intermédio do seu grupo parlamentar, para a reposição das pernoitas diárias do avião da SATA na ilha Terceira, que foram retiradas pelo Partido Socialista e depois repostas, causando um impacto muito positivo para a nossa economia e para quem pretende viajar.

Quero destacar também que, não fosse o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por parte da vice-presidência que tutela o aeroporto das Lajes, a ilha Terceira estaria ainda pior em termos de acessibilidades, e vamos a factos: por influência da vice-presidência do Governo Regional dos Açores, a Terceira conta com a pernoita de um avião da TAP sete vezes por semana no verão IATA e três vezes por semana no inverno IATA, o que nos tem permitido mais voos para Lisboa.

Temos que referir também que em 2024, atingiu-se mais de um milhão de passageiros, um registo histórico para o nosso aeroporto, prevendo-se superar estes números em 2025, resultado do esforço da vice-presidência do Governo Regional para um reforço das ligações ao continente e a abertura de novas rotas internacionais, como a de São Francisco na Califórnia, operada pela TAP – que veio ocupar o voo da SATA para Oakland que foi extinto – assim como as ligações para Zurique operadas pela EDELWEISS AIR e as ligações para Boston, Toronto e Nova Iorque.

Tudo isto demonstra quem tem ou não tem feito o seu trabalho. Neste sentido, o CDS-PP Terceira considera que a entidade responsável pela promoção dos Açores no exterior, a «Visit Azores», tutelada pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, está a prestar um péssimo trabalho à ilha Terceira e aos terceirenses devido a uma estratégia de promoção turística para esta ilha, muitas vezes ineficaz ou inexistente, que tem comprometido seriamente o seu posicionamento na captação de novas rotas. Para termos uma noção do que se passa, a ilha de São Miguel tem quinze companhias aéreas a operarem no seu aeroporto, enquanto a ilha Terceira tem apenas uma.

Não podemos permitir a continuação da forma negligente como o Conselho de Administração da SATA tem agido para com a ilha Terceira com a supressão de voos para o exterior, substituindo-os por voos internos para Ponta Delgada, como foi o caso dos catorze voos que foram alocados agora depois de uma declaração pública do CDS-PP Terceira. Isto faz com que as estatísticas do aeroporto de Ponta Delgada cresçam à custa destes passageiros que lá desembarcam.

Como referi no início, não se trata da obtenção de privilégios em detrimento de outras ilhas, mas também não podemos aceitar que a Terceira se veja privada de potenciar a sua capacidade e excelentes condições para receber quem nos visita e quem queira viajar para o exterior.

Para terminar, volto a referir que o CDS-PP defenderá sempre os interesses dos Açores, neste caso da ilha Terceira, independentemente da cor política, seja do Partido Socialista como no passado, ou da atual Coligação.

Sr. presidente da Mesa – Aproveito para lembrar que, mesmo nos tempos em que o Partido Socialista estava no Governo, esta Assembleia, com muita veemência, protestou sobre estas matérias ou situações semelhantes e eu tive também a oportunidade de o fazer no Conselho de Ilha, nos programas de rádio e em outras participações públicas. Independentemente da governação, sempre se chamou a atenção para este assunto e até aqui nada de novo.

Sr. d. m. José Toste – Independentemente dos partidos proponentes, importa recordar o trabalho e os diálogos mantidos durante longos anos nesta Assembleia Municipal e as participações dos seus representantes nas reuniões do Conselho de Ilha, uma prática comum de manutenção de posições unânimes a respeito desta questão das acessibilidades. O doutor Nuno Melo Alves teve um papel importante na construção destas pontes, assim como o doutor Carlos Costa Neves, que sempre se manifestou ativamente durante o último mandato.

Esta Assembleia tem demonstrado grande preocupação e marcado uma posição firme perante o Governo Regional, a quem enviou uma comunicação proposta e aprovada por todos os partidos, no sentido de garantir melhores acessibilidades aéreas e marítimas à ilha Terceira, não esquecendo a vertente das infraestruturas. Este órgão sempre manifestou posições de força e uma coesão interna assente no diálogo concertado entre todas as forças políticas, independentemente do partido que governava na região autónoma dos Açores. A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo continuará a manifestar uma posição de força na defesa e melhoria de maiores acessibilidades à ilha Terceira.

Em relação à possível falta de informação ou de dados, não me parece que estejamos aqui a fazer afirmações eventualmente gratuitas, porque há informações e foi tornada pública uma nota por parte desta companhia aérea, que excluiu a ilha Terceira do seu anúncio de reforço de voos, ou seja, de todos os *gateways* existentes na região, o único que não tinha reforço era o da Terceira.

É importante referir que o CDS-PP foi o primeiro a protestar publicamente contra a exclusão da ilha Terceira neste reforço de voos. Questionado por diversas vezes sobre o assunto, o que o Governo Regional nos disse é que, após observarem os fluxos para a ilha Terceira entre 8 de dezembro de 2025 e 4 de janeiro de 2026, apenas identificaram a necessidade de reforçar com uma rotação Porto/Terceira/Porto para o dia 4 de janeiro de 2026.

Além desta resposta do Governo Regional, temos os vários exemplos que foram aqui expostos ao longo desta sessão da Assembleia Municipal. Devido à falta de lugares nos voos diretos para a Terceira, não foi possível o lançamento de um livro, e um espetáculo organizado pelo município sofreu uma série de constrangimentos. A Associação de Futebol de Angra do Heroísmo – que não pode ser conotada com quaisquer interesses político partidários – tencionava realizar um evento desportivo que traria cerca de seiscentas pessoas à ilha Terceira, levando a uma ocupação significativa das nossas unidades hoteleiras, o que não aconteceu por falta de lugares.

Podemos questionar a SATA e até solicitar dados. Já comuniquei ao grupo municipal do Partido Social Democrata, que nunca nos opomos a pedidos de informações, mas também não podemos ignorar estes factos. Se não protestarmos de imediato, com o passar do tempo cairão no esquecimento, todos os constrangimentos que estamos a sentir agora.

Existe um vasto conjunto de exemplos e práticas do Governo Regional dos Açores, mais propriamente da parte da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas – como está expresso de forma bem clara neste Voto de Protesto – que demonstram um tratamento diferenciado à ilha Terceira.

Esta cereja colocada no topo do bolo, ou seja, esta ligação extra Porto/Terceira/Porto no último dia do período de reforço dos voos serve, no fundo, para que se diga: «Nós reforçámos para todos, os senhores façam o favor de se calar.» Isto demonstra o *modus operandi* e o tratamento que é dado à ilha Terceira, ao mesmo tempo que não pode ser ignorada uma notícia que ontem veio a público acerca do reforço das ligações entre Ponta Delgada e a Terceira, que é um autêntico presente envenenado.

O que se está a fazer é a possibilidade de um melhor escoamento através da centralização num dos *gateways*. Este segundo facto não é referenciado neste Voto de Protesto mas é a antecâmara do que se pretende fazer. Não se reforçam os voos do exterior da região para a ilha Terceira, aumentando os voos interilhas. Quando vier aqui o tal requerimento, se nos for dada a oportunidade, não deixaremos de questionar acerca das ocupações dos voos de ligação São Miguel/Terceira e vice-versa para se apanhar posteriormente um voo para fora da região.

Este reforço acontece porque existe um fluxo muito grande de passageiros a chegarem a Ponta Delgada com a necessidade de virem para a Terceira. Não seria muito mais fácil colocá-los num voo direto para cá? É verdade que tudo isto é complexo e a situação financeira da companhia aérea não permite grandes ambições mas, no momento em que há um reforço para todos os outros *gateways*, será uma grande ambição, exigirmos um reforço dos voos para a Terceira, pelo menos nos dias mais críticos antes e depois do Natal e por altura da passagem do ano? O reforço de um voo Porto/Terceira/Porto não me parece o que mais necessitamos, assim como não podemos ficar satisfeitos com as respostas e com os dados que já conhecemos.

Este Voto de Protesto está relacionado com uma situação concreta. Estamos todos a par dos problemas que estão a ser causados ao concelho de Angra e não vejo qualquer problema em pedir informações à SATA, o que não nos deve impedir de protestar. Não consideramos exagerada a exigência de mais um ou dois voos nestes períodos, o que não podemos aceitar é que seja tomada uma posição para defender o Governo Regional no seu todo, ignorando as necessidades dos angrenses.

A este voto, associaram-se partidos com participação no Governo Regional, ontem foi aprovado um voto semelhante na Assembleia Municipal da Praia da Vitória e outros partidos já se pronunciaram externamente a esta Assembleia Municipal. Nada disto é exagerado, o que nos parece exagerada é a forma como a ilha Terceira tem sido tratada desde 2018 e sempre que esta Assembleia Municipal se pronunciou de forma coesa e por unanimidade. A forma como a Terceira foi tratada naqueles tempos não é muito diferente da forma como está a ser tratada agora. Todos ganharíamos enquanto concelho e ilha, se conseguíssemos manter uma posição de coesão e unidade perante um ataque que não é novidade.

A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo nunca deixou de afirmar e defender, de forma coesa e por unanimidade, os interesses deste concelho e da ilha Terceira em geral. Se calhar, esta é a diferença destes novos tempos.

Sr. d. m. Paulo Chaves – Por vezes as luzes de Natal encandeiam, senhor deputado José Miguel Toste. Vamos ser sérios e deixar a demagogia de parte. Aqui ninguém está a abandonar nenhuma forma de estar e repito de forma incisiva, o que disse: a meu ver e do grupo municipal do PSD, não há dados. O senhor não apresentou de forma factual, um quadro, uma

grelha ou quaisquer dados com números oficiais como lhe pedi, senhor deputado; por isso é que fiz – e acho que, de forma legítima – a tal interpelação ao senhor presidente da Mesa da Assembleia, que já nos clarificou acerca da possibilidade de enviarmos um requerimento ao Conselho de Administração da SATA que, na minha opinião, o senhor está a confundir com o Governo Regional. O senhor tem a sua opinião e eu tenho a minha. Até agora não me indicaram um único voo que tenha sido discriminado de forma negativa para a ilha Terceira. No dia em que o senhor deputado ou o grupo municipal do PS trouxerem a esta casa, dados que o comprovem, o grupo municipal do PSD apresentará também um voto de protesto, sem qualquer problema.

O senhor deputado disse que o voo interilhas é um presente envenenado. Então, se há voos para a Terceira, é porque há voos para a Terceira, se não há, é porque não há? Cria-se um voo interilhas e o senhor diz que é um presente envenenado? Senhor deputado, não o consigo perceber.

Em relação às ligações com o exterior, só o senhor deputado André Castro revelou aqui a sua opinião. Se são assim tão más, lembro que tínhamos dezanove ligações com o exterior e agora temos 25. Havia 27 ligações no verão IATA e agora dispomos de quarenta. Ninguém está aqui a dizer que são suficientes e queremos mais, mas não é um número manifestamente superior?

Eu e o grupo municipal do PSD continuamos com a mesma coerência, mas achamos excessivo o Voto de Protesto ao Governo Regional, consoante a falta de dados à nossa disposição. É isto que tem que ser dito lá para casa. Demagogia connosco, não; cada um tem a sua opinião e ninguém aqui é mais sério do que ninguém. Os senhores deputados foram eleitos, assim como nós, e o papel desta casa é fiscalizar com factos e documentação que comprovem as opiniões.

Sr. presidente da Mesa – No fim de semana passado, tinha intenção de ir a Lisboa; ofereceram-me um voo por Ponta Delgada, fiquei em casa.

Sr. d. m. Paulo Chaves (Numa interpelação à Mesa) – O senhor é o presidente da Assembleia Municipal, não pode fazer declarações de voto de interesse dessa forma.

Sr. presidente da Mesa – É muito forte. É muito forte.

Sr. d. m. Paulo Chaves – É forte mas o senhor tem que cumprir o regimento. Peço desculpa.

Sr. presidente da Mesa – Muito obrigado. Fico corrigido.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – A retórica é uma coisa muito interessante, inclusivamente uma disciplina em várias universidades, porque permite que defendamos aquilo que é indefensável. As intenções ficam com cada qual e também não vejo aqui apresentados dados que justifiquem a posição do grupo municipal do PSD. Acho que isto não é, de forma alguma, uma posição política, nem um voto de protesto político. Independentemente dos argumentos que cada um apresenta, é uma pena que não nos associemos todos.

No seguimento do que disse o senhor deputado José Toste, acrescento as dificuldades relacionadas com as cargas. Há aqui um prejuízo nítido para a Terceira, não só no que diz respeito à mobilidade dos terceirenses, como também aos atrasos na circulação de mercadorias perecíveis, que não saem do aeroporto de Lisboa e se vão perpetuando de voo para voo.

No dia em que for feita a privatização ou o seu funeral, certamente a Azores Airlines não deixará muitas saudades aos terceirenses, já que nunca fomos muito acarinhados por esta companhia.

Fica aqui o alerta, que o problema é mais grave do que a questão da mobilidade das pessoas ou do turismo. Por via também da cessação de atividade do cargueiro, ficou cada vez mais difícil a chegada de mercadorias a tempo e horas, especialmente nos períodos de ponta.

Sr. d. m. José Toste – As luzes de Natal brilham e ofuscam e talvez por isso o senhor deputado não consiga ver os factos que aqui foram apresentados.

Há uma notícia da RTP Açores de há quatro semanas com o título «Azores Airlines e SATA Air Açores reforçam operação aérea na época de Natal e Ano Novo». O conteúdo da notícia era o seguinte: «A Azores Airlines e a SATA Air Açores anunciam um reforço na operação aérea para a época de Natal e Ano Novo. O objetivo é oferecer maior flexibilidade e opções de viagens aos passageiros, prevendo-se um aumento significativo da mobilidade. Entre 8 de dezembro e 4 de janeiro, a Azores Airlines adiciona cerca de cinco mil lugares nas ligações entre o continente (Porto e Lisboa) e os Açores (Ponta Delgada, Santa Maria, Faial e Pico).» Agora vem o pormenor delicioso: «... e também entre a Madeira e os Açores. Esta decisão resulta da elevada procura esperada para o período festivo.» Isto certamente não se aplica à ilha Terceira, que nunca é mencionada nesta notícia. «Os voos extra já estão disponíveis nos sistemas de reserva e podem ser adquiridos no site da companhia aérea ou em agências de viagens. O grupo SATA mantém-se atento à evolução da procura para futuros ajustes.»

Excluía-se a Terceira, mas sempre com uma porta aberta à tal possibilidade de haver algum ajuste. Perante isto e quando questionado pelo facto de a ilha Terceira não fazer parte deste reforço, o que foi dito da parte do Governo Regional é que, após uma análise e por critérios técnicos, o dia 4 de janeiro de 2026 é o único em que é efetivamente necessário um reforço com uma nova rotação Porto/Terceira/Porto. Destes, cerca de cinco mil lugares, era apenas necessário este reforço Porto/Terceira/Porto.

São estes os dois dados: uma comunicação pública da SATA a dizer que reforça para todos os *gateways* menos a Terceira e o anúncio de um reforço Porto/Terceira/Porto no dia 4 de janeiro de 2026. Em cima destes dois factos, estão os que foram hoje referidos nesta sessão da Assembleia Municipal.

A Associação de Futebol de Angra do Heroísmo tencionava organizar na ilha Terceira, um evento com seiscentos participantes, garantindo ocupação das nossas unidades hoteleiras. De acordo com o que foi tornado público pela referida associação, este evento não se realizou porque não havia lugares nas ligações aéreas para a Terceira. Não precisamos que a SATA nos informe da falta de lugares porque já o sabemos através da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Um outro facto é a apresentação de um livro que deveria ocorrer neste espaço onde nos encontramos, o que não aconteceu porque a pessoa que ia apresentar esse mesmo livro não tinha lugar nas ligações Terceira/Lisboa.

Não me parece que tenhamos que ir à vírgula do percentual ou seja necessária uma taxa de ocupação de 100 ou 200 %. Metem-se pelos olhos dentro, os exemplos concretos que vieram a público nos últimos dias. Foram tornadas públicas, notícias que excluía a ilha Terceira diretamente dos voos, e a pérola é dizerem que vão aumentar os voos no dia 4 de janeiro de 2026. Nada mais é necessário, portanto, está tudo bem na ilha Terceira.

Do lado dos proponentes deste Voto de Protesto, achamos que há factos suficientes para a tomada de uma posição. Se não os consideram suficientes, pois bem, as posições ficam com quem as toma. Não voltarei a qualificar as posições de outros, apenas repito que a nossa está assente em factos e vem no seguimento do que foi feito várias vezes por esta Assembleia Municipal contra governações do Partido Socialista e da Coligação, algo que voltará a acontecer sempre que necessário. A nossa posição é tomada perante factos, enquanto outros estão ofuscados e não os querem ver, por isso não vale a pena prosseguirmos com um debate redundante e em círculos.

Sr. d. m. André Castro – No seguimento das declarações do senhor deputado Carlos Ormonde e para que fique registado em ata, na minha intervenção de há pouco não referi a questão das mercadorias, que é muito importante. O CDS-PP já defendeu a existência de um cargueiro para os Açores, que fizesse o devido escoamento de todas as mercadorias que os empresários necessitam para se evitar situações como as que foram aqui relatadas.

Sra. presidente da Câmara – Não vou repetir o que disse e não sei que elementos estão em falta, porque tivemos hoje mais um comunicado da Câmara do Comércio a relatar a falta de voos e eu tenho falado com as agências de viagens, que confirmam a falta de disponibilidade de lugares nos voos diretos para a Terceira; além de, manifestamente insuficientes, são também muito caros com valores superiores a seiscentos euros por passagem.

Não estão aqui em causa cores políticas e todos devemos defender os transportes que precisamos para a ilha Terceira, porque foi para isso que fomos eleitos. Os empresários fizeram grandes investimentos e veem os seus hotéis sem a ocupação necessária e perdemos um torneiro que traria mais de seiscentas pessoas à ilha Terceira. Foi-me relatado logo no início pela Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, que a SATA apenas garantia pouco mais de 130 lugares, o que revela uma falta de intenção de ajudar a economia da ilha Terceira.

Foram feitos investimentos significativos nas áreas da hotelaria e da restauração e tivemos que mudar o nosso programa de Natal devido a ligações aéreas que tiveram que ser feitas por São Miguel. Porque é que temos que vir por São Miguel, quando há ocupação nos voos diretos para a ilha Terceira, mais ainda na altura da chegada de um grande número de estudantes? Sei de casos em que foram alterados exames, por isso os pais vão ter que alterar os voos dos seus filhos, pagando mais, e vindo muitas vezes por São Miguel.

Temos muitos dados que nos permitem afirmar que a ilha Terceira foi excluída das ligações aéreas numa altura muito importante para o turismo e para a sua economia. Não me

vou cansar de dizer que não tenho qualquer justificação para a exclusão da ilha Terceira do grupo de ilhas que foi contemplado com este aumento de voos. Ninguém consegue explicar isto. Dizem-nos que aumentaram os voos interilhas. No domingo vim de São Miguel com um atraso significativo porque as baterias do avião não estavam carregadas e tivemos que esperar.

Estamos aqui a defender a ilha Terceira e a sua economia, sem falar em cores políticas. Sabemos que as coisas não eram perfeitas no passado e as críticas tinham que ser feitas – tal como estamos a fazer agora – e não podemos esquecer que o Governo Regional tem responsabilidades sobre a SATA, que é uma empresa pública.

Este Voto de Protesto ao Governo Regional não é descabido e faz todo o sentido porque alguém tem que dizer o que se está a passar em relação à ilha Terceira; basta falar com os empresários da hotelaria e da restauração.

O Voto de Protesto constante no ponto 4.1 foi aprovado por maioria, com 30 votos a favor, sendo 24 do Partido Socialista, 2 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP e 9 abstenções do Partido Social Democrata. (96/2025/AMAH).

A senhora deputada municipal Rita Belo Santos, na qualidade de 2.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, após votação, foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Informo os senhores membros da Assembleia Municipal que a próxima sessão está marcada para o dia 20 de fevereiro de 2026. Aproveito para desejar a todos umas Boas Festas e um excelente ano 2026, esperando que continuemos nesta casa a debater com celeridade e eficiência como hoje o fizemos. Que os nossos trabalhos resultem em vantagens para o nosso concelho e para a nossa ilha. Muito obrigado a todos e Boas Festas.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 14h50min do dia 16 de dezembro de 2025, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal

José Gabriel do Álamo de Meneses